

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- Despacho Normativo n.º 74/95, que determina a publicação no *Boletim Oficial* de Macau do Decreto-Lei n.º 38 055, de 16 de Novembro de 1950, que aprovou a Convenção da Organização Meteorológica Mundial e o seu Protocolo Relativo à Espanha. 15

GOVERNO DE MACAU

Decreto-Lei n.º 2/96/M:

- Desafecta do domínio público e integra no domínio privado do Território, como terreno vago, uma parcela de terreno, sita na Rua da Ribeira do Patane. 34

Decreto-Lei n.º 3/96/M:

- Desafecta do domínio público e integra no domínio privado do Território, como terreno vago, uma parcela de terreno, sita na Estrada Marginal do Hipódromo. 36

Decreto-Lei n.º 4/96/M:

- Cria o núcleo de apoio a agentes consulares e diplomáticos. 39

Portaria n.º 3/96/M:

- Autoriza a Companhia de Seguros Luen Fung Hang, S.A.R.L., a explorar novos ramos de seguro. 41

目錄

部長會議事務部

- 第74/95號規範性批示，命令在《澳門政府公報》內刊登一九五零年十一月十六日第38055號法令，該法令係核准世界氣象組織公約及其有關西班牙之議定書 15

澳門政府

第2/96/M號法令：

- 解除一幅位於沙梨頭海邊街之地段之公產性質，且視作無主土地撥歸為本地區私產 34

第3/96/M號法令：

- 解除一幅位於馬場海邊馬路之地段之公產性質，且視作無主土地撥歸為本地區私產 36

第4/96/M號法令：

- 設立外交人員及領事人員輔助部 39

第3/96/M號訓令：

- 許可聯豐亨保險有限公司經營新保險項目 41

Portaria n.º 4/96/M:

Aprova os modelos de cartões de identificação destinados aos agentes diplomáticos e consulares residentes ou acreditados em Macau. 41

Portaria n.º 5/96/M:

Aprova o 2.º orçamento suplementar da Câmara Municipal das Ilhas, relativo ao ano económico de 1995. ... 42

Portaria n.º 6/96/M:

Aprova o 2.º orçamento suplementar do Fundo de Cultura, relativo ao ano económico de 1995. 44

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude:

Despacho n.º 1/SAAEJ/96, que aprova o regulamento das provas globais do 3.º ciclo do ensino básico. 45

Despacho n.º 2/SAAEJ/96, que define o regime de equivalências às disciplinas e áreas disciplinares do 3.º ciclo do ensino básico recorrente aprovado pelo Despacho n.º 16/SAAEJ/94, de 15 de Junho. 46

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Segurança:

Versão, em chinês, do Despacho n.º 15/SAS/95, de 9 de Janeiro, que cria os cursos de promoção aos postos das carreiras de base da Polícia Marítima e Fiscal (PMF) e define as matérias curriculares nucleares e disposições necessárias ao seu funcionamento. 52

Versão, em chinês, do Despacho n.º 16/SAS/95, de 9 de Janeiro, que cria os cursos de promoção aos postos das carreiras de base do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) e define as matérias curriculares nucleares e disposições necessárias ao seu funcionamento. 65

Versão, em chinês, do Despacho n.º 17/SAS/95, de 9 de Janeiro, que cria os cursos de promoção aos postos das carreiras de base do Corpo de Bombeiros (CB) e define as matérias curriculares nucleares e disposições necessárias ao seu funcionamento. 90

第4/96/M號訓令：

核准駐澳門之外交人員及領事人員之身分證明文件式樣 41

第5/96/M號訓令：

核准海島市市政廳一九九五經濟年度第二追加預算 42

第6/96/M號訓令：

核准文化基金一九九五經濟年度第二追加預算... 44

行政、教育暨青年事務政務司辦公室：

第1/SAAEJ/96號批示，核准基礎教育第三階段總考試之規章 45

第2/SAAEJ/96號批示，訂定六月十五日第16/SAAEJ/94號批示所核准之相等於回歸基礎教育第三階段之學科及學科組別之制度 46

保安政務司辦公室：

一月九日第15/SAS/95號批示之中文本，該批示係為水警稽查隊（PMF）基礎職程之職位設立升級課程，及訂定該課程之必修學科以及其運作所需之規定 52

一月九日第16/SAS/95號批示之中文本，該批示係為治安警察廳（CPSP）基礎職程之職位設立升級課程，及訂定該課程之必修學科以及其運作所需之規定 65

一月九日第17/SAS/95號批示之中文本，該批示係為消防隊（CB）基礎職程之職位設立升級課程，及訂定該課程之必修學科以及其運作所需之規定 90

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

部長會議事務部

Despacho Normativo n.º 74/95

規範性批示 第74/95號

Nos termos e para os efeitos do artigo 72.º do Estatuto Orgânico de Macau, na versão da Lei n.º 13/90, de 10 de Maio, determino a publicação no *Boletim Oficial* de Macau do Decreto-Lei n.º 38 055, de 16 de Novembro de 1950, que aprovou a Convenção da Organização Meteorológica Mundial e o seu Protocolo Relativo à Espanha, assinados na cidade de Washington em 11 de Outubro de 1947.

Presidência do Conselho de Ministros, 17 de Novembro de 1995.
— O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

(D.R. n.º 273, I Série-B, de 25-11-1995)

根據經五月十日第13/90號法律修改之《澳門組織章程》第七十二條之規定及為着該規定之效力，本人命令將一九五零年十一月十六日第38055號法令公布於《澳門政府公報》，該法令通過一九四七年十月十一日於華盛頓簽訂之《世界氣象組織公約》及其關於西班牙之議定書。

一九九五年十一月十七日於部長會議事務部

總理

古德禮

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Decreto-Lei n.º 38:055

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. São aprovados, para serem ratificados, a Convenção da Organização Meteorológica Mundial e o seu Protocolo relativo à Espanha, assinados na cidade de Washington, em 11 de Outubro de 1947.

§ único. As disposições da presente Convenção, cujos textos em inglês, francês e a tradução portuguesa são os que a seguir se transcrevem, serão aplicáveis a todo o território nacional, de harmonia com os termos do artigo 34.º, alínea a):

Convention of the World Meteorological Organization	Convention de l'Organisation Météorologique Mondiale	(Tradução) Convenção da Organização Meteorológica Mundial
With a view to coordinating, standardizing, and improving world meteorological activities and to encouraging an efficient exchange of meteorological information between countries in the aid of human activities the contracting States agree to the present Convention, as follows:	Afin de coordonner, d'uniformiser et d'améliorer les activités météorologiques dans le monde et d'encourager l'échange efficace de renseignements météorologiques entre pays dans l'intérêt des diverses activités humaines, les Etats contractants ont d'un commun accord arrêté la Convention suivante:	A fim de coordenar, normalizar e melhorar as actividades meteorológicas no Mundo e promover o intercâmbio eficiente de informações meteorológicas entre os países, para benefício das actividades humanas, os Estados contratantes acordam na seguinte Convenção:
PART I Establishment	PARTIE I Etablissement	PARTE I Criação
ARTICLE 1 The World Meteorological Organization (hereinafter called the Organization) is hereby established.	ARTICLE 1 L'Organisation Météorologique Mondiale (ci-après appelée l'Organisation) est établie par la présente Convention.	ARTIGO 1.º É instituída pela presente Convenção a Organização Meteorológica Mundial (a seguir designada por Organização).
PART II ARTICLE 2 Purposes The purposes of the Organization shall be: (a) To facilitate worldwide cooperation in the establishment of networks of	PARTIE II ARTICLE 2 Buts Les buts de l'Organisation sont les suivants: (a) Faciliter la coopération mondiale en vue de l'établissement de réseaux	PARTE II ARTIGO 2.º Objectivos Os objectivos da Organização são os seguintes: a) Facilitar a cooperação mundial na instalação de redes de estações

stations for the making of meteorological observations or other geophysical observations related to meteorology and to promote the establishment and maintenance of meteorological centers charged with the provision of meteorological services;

(b) To promote the establishment and maintenance of systems for the rapid exchange of weather information;

(c) To promote standardization of meteorological observations and to ensure the uniform publication of observations and statistics;

(d) To further the application of meteorology to aviation, shipping, agriculture, and other human activities; and

(e) To encourage research and training in meteorology and to assist in coordinating the international aspects of such research and training.

PART III

Membership

ARTICLE 3

Members

The following may become Members of the Organization by the procedure set forth in the present Convention:

(a) Any State represented at the Conference of Directors of the International Meteorological Organization convened at Washington, D. C., on September 22, 1947, as listed in Annex I attached hereto, and which signs the present Convention and ratifies it in accordance with Article 32, or which accedes thereto, in accordance with Article 33;

(b) Any Member of the United Nations having a meteorological service by acceding to the present Convention in accordance with Article 33;

(c) Any State, fully responsible for the conduct of its international relations and having a meteorological service, not listed in Annex I of the present Convention and not a Member of the United Nations, after the submission of a request for membership to the Secretariat of the Organization and after its approval by two-thirds of the Members of the Organization as specified in paragraphs (a), (b) and (c) of this Article by acceding to the present Convention in accordance with Article 33;

(d) Any territory or group of territories maintaining its own meteorological service and listed in Annex II attached hereto, upon application of the present Convention on its behalf, in accordance with paragraph (a) of Article 34, by the State or States responsible for its international rela-

de stations effectuant des observations météorologiques ou d'autres observations géophysiques se rapportant à la météorologie, et encourager l'établissement et le maintien de centres météorologiques chargés de fournir des services météorologiques;

(b) Encourager l'établissement et le maintien de systèmes pour l'échange rapide des renseignements météorologiques;

(c) Encourager la normalisation des observations météorologiques et assurer la publication uniforme d'observations et de statistiques;

(d) Encourager les applications de la météorologie à l'aviation, à la navigation maritime, à l'agriculture et à d'autres activités humaines;

(e) Encourager les recherches et l'enseignement en météorologie, et concourir à la coordination des aspects internationaux de ces domaines.

PARTIE III

Composition

ARTICLE 3

Membres

Peuvent devenir Membres de l'Organisation, aux termes de la présente Convention:

(a) Tout Etat représenté à la Conférence des Directeurs de l'Organisation Météorologique Internationale, réunie à Washington, D. C., le 22 septembre 1947, qui figure à l'Annexe I ci-jointe et qui signe la présente Convention et la ratifie conformément à l'article 32, ou y adhère conformément à l'article 33;

(b) Tout Membre des Nations Unies qui a un service météorologique, en adhérant à la présente Convention conformément à l'article 33;

(c) Tout Etat pleinement responsable de la conduite de ses relations internationales qui a un service météorologique, mais ne figure pas à l'Annexe I à la présente Convention et n'est pas Membre des Nations Unies, après qu'une demande d'admission aura été soumise au Secrétariat de l'Organisation et que cette demande aura été approuvée par les deux tiers des Membres de l'Organisation spécifiés aux alinéas (a), (b) et (c) du présent article, en adhérant à la présente Convention conformément à l'article 33;

(d) Tout territoire ou groupe de territoires qui maintient son propre service météorologique et figure à l'Annexe II ci-jointe, au nom duquel la présente Convention est appliquée, conformément à l'alinéa (a) de l'article 34, par l'Etat ou les Etats responsables de ses relations internationa-

destinadas a fazer observações meteorológicas ou outras observações geofísicas relacionadas com a meteorologia e promover a instalação e a manutenção de centros meteorológicos destinados a assegurar a protecção meteorológica;

b) Promover a instalação e a manutenção de sistemas para a troca rápida de informações meteorológicas;

c) Promover a normalização das observações meteorológicas e assegurar a publicação uniforme de observações e estatísticas;

d) Intensificar a aplicação da meteorologia à aeronáutica, navegação marítima, agricultura e outras actividades humanas; e

e) Estimular a investigação e o ensino da meteorologia e contribuir para a coordenação dos aspectos internacionais destas actividades.

PARTE III

Composição

ARTIGO 3.º

Membros

Poderão ser Membros da Organização, nos termos da presente Convenção:

a) Qualquer Estado representado na Conferência dos Directores da Organização Meteorológica Internacional, reunida em Washington, D. C., em 22 de Setembro de 1947, que figure no Anexo I à presente Convenção e que a assine e ratifique nos termos do artigo 32.º, ou adira a ela nos termos do artigo 33.º;

b) Qualquer Membro das Nações Unidas que tenha um serviço meteorológico e adira à presente Convenção nos termos do artigo 33.º;

c) Qualquer Estado plenamente responsável pela conduta das suas relações internacionais, que tenha um serviço meteorológico mas não figure no Anexo I à presente Convenção e não seja Membro das Nações Unidas, depois de apresentar um pedido de admissão na Secretaria da Organização e de este pedido ser aprovado por dois terços dos Membros da Organização indicados nas alíneas a), b) e c) deste artigo, e que adira à presente Convenção nos termos do artigo 33.º;

d) Qualquer território ou grupo de territórios que mantenha um serviço meteorológico próprio e figure no Anexo II à presente Convenção, ao qual esta seja aplicada, nos termos da alínea a) do artigo 34.º, pelo Estado ou Estados responsáveis pelas suas relações internacionais e representa-

tions and represented at the Conference of Directors of the International Meteorological Organization convened at Washington, D. C., on September 22, 1947, as listed in Annex I of the present Convention;

(e) Any territory or group of territories, not listed in Annex II of the present Convention, maintaining its own meteorological service but not responsible for the conduct of its international relations, on behalf of which the present Convention is applied in accordance with paragraph (b) of Article 34, provided that the request for membership is presented by the Member responsible for its international relations, and secures approval by two-thirds of the Members of the Organization as specified in paragraphs (a), (b) and (c) of this Article;

(f) Any trust territory or group of trust territories maintaining its own meteorological service and administered by the United Nations to which the United Nations applies the present Convention in accordance with Article 34.

Any request for membership in the Organization shall state in accordance with which paragraph of this Article membership is sought.

PART IV

Organization

ARTICLE 4

(a) The Organization shall comprise:

- (1) The World Meteorological Congress (hereinafter called the Congress);
- (2) The Executive Committee;
- (3) Regional Meteorological Associations (hereinafter called the Regional Associations);
- (4) Technical Commissions;
- (5) The Secretariat.

(b) There shall be a President and two Vice-Presidents of the Organization who shall also be President and Vice-Presidents of the Congress and of the Executive Committee.

PART V

Eligibility

ARTICLE 5

(a) Eligibility for election to the offices of President and Vice-President of the Organization, of President and Vice-President of the Regional Associations, and for membership, subject to the provisions of Article 13 (c) of

les représenté(s) à la Conférence des Directeurs de l'Organisation Météorologique Internationale, réunie à Washington, D. C., le 22 septembre 1947, et dont le nom figure à l'Annexe I de la présente Convention;

(e) Tout territoire ou groupe de territoires, ne figurant pas à l'Annexe II à la présente Convention, qui maintient son propre service météorologique, mais n'est pas responsable de la conduite de ses relations internationales, au nom duquel la présente Convention est appliquée conformément à l'alinéa (b) de l'article 34, sous réserve que la demande d'admission soit présentée par le Membre responsable de ses relations internationales et obtienne l'approbation des deux tiers des Membres de l'Organisation spécifiés aux alinéas (a), (b) et (c) du présent article;

(f) Tout territoire ou groupe de territoires sous tutelle maintenant son propre service météorologique et administré par les Nations Unies, auquel les Nations Unies appliquent la présente Convention conformément à l'article 34.

Toute demande d'admission comme Membre de l'Organisation doit indiquer en vertu de quel alinéa du présent article l'admission est sollicitée.

PARTIE IV

Organisation

ARTICLE 4

(a) L'Organisation comprend:

- (1) Le Congrès Météorologique Mondial (ci-après appelé le Congrès);
- (2) Le Comité Exécutif;
- (3) Les Associations Météorologiques Régionales (ci-après appelées les Associations Régionales);
- (4) Les Commissions Techniques;
- (5) Le Secrétariat.

(b) L'Organisation aura un Président et deux Vice-Présidents qui seront également Président et Vice-Présidents du Congrès et du Comité Exécutif.

PARTIE V

Éligibilité

ARTICLE 5

(a) Seuls les Directeurs des Services météorologiques des Membres de l'Organisation pourront être élus à la Présidence et aux Vice-Présidences de l'Organisation, à la Présidence et Vice-Présidence des Associations Régiona-

dos na Conferência dos Directores da Organização Meteorológica Internacional, reunida em Washington, D. C., em 22 de Setembro de 1947, que figurem no Anexo I à presente Convenção;

e) Qualquer território ou grupo de territórios que não figure no Anexo II à presente Convenção, que mantenha um serviço meteorológico próprio, mas não seja responsável pela conduta das suas relações internacionais, ao qual se aplique a presente Convenção nos termos da alínea b) do artigo 34.º, desde que o pedido de admissão seja apresentado pelo Membro responsável pelas suas relações internacionais e seja aprovado por dois terços dos Membros da Organização indicados nas alíneas a), b) e c) deste artigo;

f) Qualquer território ou grupo de territórios sob tutela que mantenha um serviço meteorológico próprio e seja administrado pelas Nações Unidas ao qual as Nações Unidas apliquem a presente Convenção nos termos do artigo 34.º

Qualquer pedido de admissão como Membro da Organização deve indicar a alínea do presente artigo ao abrigo da qual é solicitada a admissão.

PARTE IV

Organização

ARTIGO 4.º

a) A Organização compreenderá:

- 1) O Congresso Meteorológico Mundial (a seguir designado por Congresso);
- 2) A Comissão Executiva;
- 3) Associações Meteorológicas Regionais (a seguir designadas por Associações Regionais);
- 4) Comissões Técnicas;
- 5) A Secretaria.

b) A Organização terá um Presidente e dois Vice-Presidentes, que serão também o Presidente e os Vice-Presidentes do Congresso e da Comissão Executiva.

PARTE V

Elegibilidade

ARTIGO 5.º

a) Só os Directores dos Serviços Meteorológicos de Membros da Organização poderão ser eleitos Presidente e Vice-Presidentes da Organização, Presidente e Vice-Presidente das Associações Regionais e, com reserva das

the present Convention, on the Executive Committee should be confined to the Directors of Meteorological Services of Members of the Organization.

(b) In the performance of their duties, the officers of the Organization and the members of the Executive Committee should regard themselves as representatives of the Organization rather than as representatives of particular Members thereof.

PART VI

The World Meteorological Congress

ARTICLE 6

Composition

(a) The Congress is the supreme body of the Organization and shall be composed of delegates representing Members. Each Member shall designate one of its delegates, who should be the director of its meteorological service, as its principal delegate.

(b) With a view to securing the widest possible technical representation, any director of a meteorological service or any other individual may be invited by the President to be present at and participate in the discussions of the Congress.

ARTICLE 7

Functions

The functions of the Congress shall be:

(a) To determine general regulations, subject to the provisions of the present Convention, prescribing the constitution and the functions of the various bodies of the Organization;

(b) To determine its own rules of procedure;

(c) To elect the President and Vice-Presidents of the Organization, and other Members of the Executive Committee, in accordance with the provisions of Article 10 (a) (4) of the present Convention. Presidents and Vice-Presidents of Regional Associations and Technical Commissions shall be elected in accordance with the provisions of Articles 18 (e) and 19 (c), respectively, of the present Convention;

(d) To adopt technical regulations covering meteorological practices and procedures;

(e) To determine general policies for the fulfilment of the purposes of the Organization as set forth in Article 2 of the present Convention;

(f) To make recommendations to members on matters within the purposes of the Organization;

(g) To refer to any other body of the Organization any matter within the

les, et, sous réserve des dispositions de l'article 13, alinéa (c), de la présente Convention, comme membres du Comité Exécutif.

(b) Dans l'accomplissement de leurs devoirs, les membres du Bureau de l'Organisation et les membres du Comité Exécutif se considéreront comme les représentants de l'Organisation et non comme ceux de Membres particuliers de l'Organisation.

PARTIE VI

Le Congrès Météorologique Mondial

ARTICLE 6

Composition

(a) Le Congrès est l'organisme suprême de l'Organisation et se compose de délégués représentant les Membres. Chacun des Membres désigne un de ses délégués, qui devrait être le directeur de son service météorologique, comme délégué principal.

(b) En vue d'obtenir la plus grande représentation technique possible, tout directeur d'un service météorologique ou toute autre personne peuvent être invités par le Président à assister et à participer aux discussions du Congrès.

ARTICLE 7

Fonctions

Les fonctions du Congrès sont les suivantes:

(a) Etablir un Règlement général qui fixe, dans le cadre des dispositions de la présente Convention, la constitution et les fonctions des divers organes de l'Organisation;

(b) Etablir son propre Règlement intérieur;

(c) Elire le Président et les Vice-Présidents de l'Organisation, et les autres membres du Comité Exécutif, conformément aux dispositions de l'article 10, alinéa (a, 4), de la présente Convention, sauf les Présidents et les Vice-Présidents des Associations Régionales et des Commissions Techniques, qui sont élus conformément aux dispositions des articles 18, alinéa (e), et 19, alinéa (c), respectivement, de la présente Convention;

(d) Adopter des règlements techniques relatifs aux pratiques et procédures météorologiques;

(e) Déterminer des mesures d'ordre général, afin d'atteindre les buts de l'Organisation, qui sont énoncés à l'article 2 de la présente Convention;

(f) Faire des recommandations aux Membres sur les questions relevant de la compétence de l'Organisation;

(g) Renvoyer à chaque organe de l'Organisation les questions qui, dans

disposições do artigo 13.º, alínea c), da presente Convenção, membros da Comissão Executiva.

b) No desempenho das suas funções, os dirigentes da Organização e os membros da Comissão Executiva considerar-se-ão representantes da Organização, e não representantes de Membros individuais da Organização.

PARTE VI

Congresso Meteorológico Mundial

ARTIGO 6.º

Composição

a) O Congresso é o órgão supremo da Organização e será constituído por delegados, que representarão os Membros. Cada Membro designará um dos seus delegados, que deverá ser o director do seu serviço meteorológico, como delegado principal.

b) A fim de assegurar a maior representação técnica possível, o Presidente poderá convidar qualquer director de serviço meteorológico ou outra pessoa a assistir e a participar nos trabalhos do Congresso.

ARTIGO 7.º

Funções

As funções do Congresso serão:

a) Elaborar um regulamento geral que fixe, de acordo com as disposições da presente Convenção, a constituição e as funções dos vários órgãos da Organização;

b) Elaborar o seu próprio regulamento interno;

c) Eleger o Presidente e os Vice-Presidentes da Organização e os restantes membros da Comissão Executiva, de acordo com as disposições do artigo 10.º, alínea a), número 4) da presente Convenção. Os Presidentes e Vice-Presidentes das Associações Regionais e das Comissões Técnicas serão eleitos de acordo com as disposições do artigo 18.º, alínea e), e do artigo 19.º, alínea c), respectivamente, da presente Convenção;

d) Adoptar regulamentos técnicos relativos a práticas e processos meteorológicos;

e) Tomar medidas de ordem geral para se atingirem os objectivos da Organização, indicados no artigo 2.º da presente Convenção;

f) Formular recomendações aos Membros sobre assuntos relacionados com os objectivos da Organização;

g) Remeter aos outros órgãos da Organização os assuntos que, pelas

provisions of the present Convention upon which such body is empowered to act;

(h) To consider the reports and activities of the Executive Committee and to take such action in regard thereto as the Congress may determine;

(i) To establish Regional Associations in accordance with the provisions of Article 18; to determine their geographical limits, coordinate their activities, and consider their recommendations;

(j) To establish Technical Commissions in accordance with the provisions of Article 19; to define their terms of reference, coordinate their activities, and consider their recommendations;

(k) To determine the location of the Secretariat of the Organization;

(l) To take any other appropriate action to further the purposes of the Organization.

ARTICLE 8

Execution of Congress Decisions

(a) All Members shall do their utmost to implement the decisions of the Congress.

(b) If, however, any Member finds it impracticable to give effect to some requirement in a technical resolution adopted by Congress, such Member shall inform the Secretary General of the Organization whether its inability to give effect to it is provisional or final, and state its reasons therefor.

ARTICLE 9

Meetings

Meetings of the Congress shall be convened by decision of the Congress or of the Executive Committee at intervals not exceeding four years.

ARTICLE 10

Voting

(a) Each Member shall have one vote in decisions of the Congress, except that only Members of the Organization which are States, as specified in paragraphs (a), (b) and (c) of Article 3 of the present Convention (hereinafter referred to as «Members which are States»), shall be entitled to vote on any of the following subjects:

- (1) Amendment or interpretation of the present Convention of proposals for a new Convention;
- (2) Membership of the Organization;
- (3) Relations with the United Nations and other intergovernmental organizations;

le cadre de la présente Convention, sont du ressort de cet organe;

(h) Examiner les rapports et les activités du Comité Exécutif et prendre toutes mesures utiles à cet égard;

(i) Etablir des Associations Régionales conformément aux dispositions de l'article 18; fixer leurs limites géographiques, coordonner leurs activités et examiner leurs recommandations;

(j) Etablir des Commissions Techniques conformément aux dispositions de l'article 19, définir leurs attributions, coordonner leurs activités et examiner leurs recommandations;

(k) Fixer le siège du Secrétariat de l'Organisation;

(l) Prendre toute autre mesure susceptible de servir les buts de l'Organisation.

ARTICLE 8

Exécution des décisions du Congrès

(a) Les Membres doivent faire tous leurs efforts pour mettre à exécution les décisions du Congrès.

(b) Toutefois, s'il est impossible à un Membre de mettre en vigueur quelque stipulation d'une résolution technique adoptée par le Congrès, ce Membre doit indiquer au Secrétaire Général de l'Organisation si son incapacité est provisoire ou finale, ainsi que les raisons qui en sont la cause.

ARTICLE 9

Réunions

Les réunions du Congrès sont convoquées sur décision du Congrès ou du Comité Exécutif, à des intervalles n'excédant pas quatre ans.

ARTICLE 10

Vote

(a) Chaque Membre du Congrès dispose d'une voix dans les décisions du Congrès; toutefois, seuls les Membres de l'Organisation qui sont les Etats spécifiés aux alinéas (a), (b) et (c) de l'article 3 de la présente Convention (ci-après appelés les Membres qui sont des Etats) ont le droit de voter sur les sujets suivants:

- (1) Modification ou interprétation de la présente Convention, ou propositions pour une nouvelle Convention;
- (2) Questions relatives aux Membres de l'Organisation;
- (3) Relations avec les Nations Unies et autres organisations intergouvernementales;

disposições da presente Convenção, são da competência desses órgãos;

h) Examinar os relatórios e as actividades da Comissão Executiva e tomar sobre eles as medidas que o Congresso determinar;

i) Instituir Associações Regionais de acordo com as disposições do artigo 18.º, fixar os seus limites geográficos, coordenar as suas actividades e considerar as suas recomendações;

j) Instituir Comissões Técnicas de acordo com as disposições do artigo 19.º, fixar as suas atribuições, coordenar as suas actividades e considerar as suas recomendações;

k) Fixar a sede da Secretaria da Organização;

l) Tomar quaisquer outras medidas destinadas a servir os objectivos da Organização.

ARTIGO 8.º

Execução das decisões do Congresso

a) Todos os Membros devem fazer o possível para dar execução às decisões do Congresso.

b) Se, contudo, qualquer Membro considerar impraticável pôr em vigor algum requisito de uma resolução técnica adoptada pelo Congresso, esse Membro deverá informar o Secretário-Geral da Organização se esta incapacidade é temporária ou definitiva e indicar as razões dela.

ARTIGO 9.º

Reuniões

As reuniões do Congresso serão convocadas por decisão do Congresso ou da Comissão Executiva, com intervalos não superiores a quatro anos.

ARTIGO 10.º

Votação

a) Cada Membro disporá de um voto nas decisões do Congresso; mas só os Membros da Organização que são Estados, como indicam as alíneas a), b) e c) do artigo 3.º da presente Convenção (a seguir designados por «Membros que são Estados»), terão o direito de votar sobre os seguintes assuntos:

- 1) Alteração ou interpretação da presente Convenção, ou propostas de nova Convenção;
- 2) Admissão de Membros da Organização;
- 3) Relações com as Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais;

(4) Election of the President and Vice-Presidents of the Organization and of the members of the Executive Committee other than the Presidents and Vice-Presidents of the Regional Associations.

(4) Election du Président et des Vice-Présidents de l'Organisation, et des membres du Comité Exécutif autres que les Présidents et les Vice-Présidents des Associations Régionales.

4) Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Organização e dos membros da Comissão Executiva que não sejam os Presidentes e Vice-Presidentes das Associações Regionais.

(b) Decisions of the Congress shall be by two-thirds majority of the votes cast for and against, except that elections of individuals to serve in any capacity in the Organization shall be by simple majority of the votes cast. The provisions of this paragraph, however, shall not apply to decisions taken in accordance with Articles 3, 25, 26 and 28 of the present Convention.

(b) Les décisions du Congrès sont prises à la majorité des deux tiers des voix exprimées pour et contre, sauf en ce qui concerne l'élection à tout poste dans l'Organisation, qui se fait à la majorité simple des voix exprimées. Les dispositions du présent alinéa, toutefois, ne s'appliquent pas aux décisions prises en vertu des articles 3, 25, 26 et 28 de la présente Convention.

b) As decisões do Congresso serão tomadas por maioria de dois terços dos votos emitidos a favor e contra, com excepção das eleições de indivíduos para servirem em qualquer cargo da Organização, que serão por simples maioria dos votos emitidos.

As disposições da presente alínea não se aplicam, porém, às decisões tomadas nos termos dos artigos 3.º, 25.º, 26.º e 28.º da presente Convenção.

ARTICLE 11

Quorum

A majority of the Members shall be required to constitute a quorum for meetings of the Congress. For those meetings of the Congress at which decisions are taken on the subjects enumerated in paragraph (a) of Article 10, a majority of the Members which are States shall be required to constitute a quorum.

ARTICLE 11

Quorum

La présence de la majorité des Membres est nécessaire pour qu'il y ait quorum aux réunions du Congrès. Pour les réunions du Congrès où des décisions sont prises sur les sujets énumérés à l'alinéa (a) de l'article 10, la présence de la majorité des Membres qui sont des Etats est nécessaire pour qu'il y ait quorum.

ARTIGO 11.º

Quórum

Para haver quórum nas reuniões do Congresso será necessária a presença da maioria dos Membros. Para haver quórum nas reuniões do Congresso em que se tomarem decisões sobre os assuntos enumerados na alínea a) do artigo 10.º será necessária a presença da maioria dos Membros que são Estados.

ARTICLE 12

First Meeting of the Congress

The first meeting of the Congress shall be convened by the President of the International Meteorological Committee of the International Meteorological Organization as soon as practicable after the coming into force of the present Convention.

ARTICLE 12

Première réunion du Congrès

La première réunion du Congrès sera convoquée par le Président du Comité Météorologique International de l'Organisation Météorologique Internationale aussitôt que possible après l'entrée en vigueur de la présente Convention.

ARTIGO 12.º

Primeira reunião do Congresso

A primeira reunião do Congresso será convocada pelo Presidente da Comissão Meteorológica Internacional da Organização Meteorológica Internacional logo que seja possível depois de entrar em vigor a presente Convenção.

PART VII

The Executive Committee

ARTICLE 13

Composition

The Executive Committee shall consist of:

(a) The President and Vice-Presidents of the Organization;

(b) The Presidents of Regional Associations, or in the event that Presidents cannot attend, alternates as provided for in the general regulations;

(c) Directors of Meteorological Services of Members of the Organization or their alternates, equal in number to the number of Regions, provided that not more than one-third of the members of the Executive Committee, including the President and Vice-Presidents of the Organization, shall come from one region.

PARTIE VII

Le Comité Exécutif

ARTICLE 13

Composition

Le Comité Exécutif est composé:

(a) Du Président et des Vice-Présidents de l'Organisation;

(b) Des Présidents des Associations Régionales ou, au cas où certains Présidents ne pourraient être présents, de leurs suppléants, ainsi qu'il est prévu au Règlement général;

(c) De Directeurs des Services météorologiques des Membres de l'Organisation ou de leurs suppléants, en nombre égal à celui des Régions, sous réserve qu'aucune région ne puisse compter plus d'un tiers des membres du Comité Exécutif, y compris le Président et les Vice-Présidents de l'Organisation.

PARTE VII

Comissão Executiva

ARTIGO 13.º

Composição

A Comissão Executiva será constituído por:

a) O Presidente e os Vice-Presidentes da Organização;

b) Os Presidentes das Associações Regionais ou, se alguns não puderem estar presentes, os seus substitutos, como estiver previsto no regulamento geral;

c) Directores de Serviços Meteorológicos de Membros da Organização, ou os seus substitutos, em número igual ao das regiões, contanto que nenhuma região tenha mais de um terço dos membros da Comissão Executiva, incluindo o Presidente e os Vice-Presidentes da Organização.

ARTICLE 14

Functions

The Executive Committee is the executive body of the Congress and its functions shall be:

(a) To supervise the execution of the resolutions of the Congress;

(b) To adopt resolutions arising out of recommendations of the Technical Commissions on matters of urgency affecting the technical regulations, provided that all Regional Associations concerned are given an opportunity to express their approval or disapproval before adoption by the Executive Committee;

(c) To provide technical information, counsel, and assistance in the field of meteorology;

(d) To study and make recommendations on any matter affecting international meteorology and the operation of meteorological services;

(e) To prepare the agenda for the Congress and to give guidance to the Regional Associations and Technical Commissions in the preparation of their agenda;

(f) To report on its activities to each session of the Congress;

(g) To administer the finances of the Organization in accordance with the provisions of Part XI of the present Convention;

(h) To perform such other functions as may be conferred on it by the Congress or by the present Convention.

ARTICLE 15

Meetings

The Executive Committee shall meet at least once a year. The time and place of the meeting shall be determined by the President of the Organization, taking account of the views of the other members of the Committee.

ARTICLE 16

Voting

Decisions of the Executive Committee shall be by two-thirds majority of the votes cast for and against. Each member of the Executive Committee shall have only one vote, notwithstanding that he may be a member in more than one capacity.

ARTICLE 17

Quorum

The quorum shall consist of a majority of the members of the Executive Committee.

ARTICLE 14

Fonctions

Le Comité Exécutif est l'organe exécutif du Congrès et ses fonctions consistent à:

(a) Surveiller l'exécution des résolutions du Congrès;

(b) Adopter des résolutions émanant de recommandations des Commissions Techniques sur des questions urgentes portant sur les règlements techniques, sous réserve qu'il soit permis à toute Association Régionale intéressée d'exprimer son approbation ou désapprobation préalablement à l'adoption de ces résolutions par le Comité Exécutif;

(c) Fournir des renseignements et des avis d'ordre technique, et toute l'assistance technique possible dans le domaine de la météorologie;

(d) Etudier toute question intéressant la météorologie internationale et le fonctionnement des Services météorologiques, et faire des recommandations y relatives;

(e) Préparer l'Ordre du Jour du Congrès et guider les Associations Régionales et les Commissions Techniques dans la préparation du programme de leurs travaux;

(f) Présenter un rapport sur ses activités à chaque session du Congrès;

(g) Gérer les finances de l'Organisation conformément aux dispositions de la Partie XI de la présente Convention;

(h) Assurer toutes autres fonctions qui pourraient lui être confiées par le Congrès ou par la présente Convention.

ARTICLE 15

Réunions

Le Comité Exécutif se réunira au moins une fois par an. La date et le lieu de réunion sont fixés par le Président de l'Organisation, compte tenu de l'opinion des autres membres du Comité.

ARTICLE 16

Vote

Les décisions du Comité Exécutif sont prises à la majorité des deux tiers des voix exprimées pour et contre. Chaque membre du Comité Exécutif dispose d'une seule voix, quand bien même il serait membre à plus d'un titre.

ARTICLE 17

Quorum

La présence de la majorité des membres du Comité Exécutif constitue le quorum.

ARTIGO 14.º

Funções

A Comissão Executiva é o órgão executivo do Congresso e as suas funções serão:

a) Fiscalizar a execução das resoluções do Congresso;

b) Adoptar resoluções que resultem de recomendações das Comissões Técnicas sobre assuntos urgentes que afetem os regulamentos técnicos, desde que a todas as Associações Regionais interessadas seja dada a possibilidade de exprimirem a sua aprovação ou rejeição antes de serem adoptadas pela Comissão Executiva;

c) Fornecer informações, pareceres e assistência técnica no campo da meteorologia;

d) Estudar qualquer assunto que interesse à meteorologia internacional e ao funcionamento dos serviços meteorológicos e fazer recomendações a este respeito;

e) Preparar a ordem dos trabalhos do Congresso e orientar as Associações Regionais e as Comissões Técnicas na preparação da ordem dos seus trabalhos;

f) Apresentar um relatório das suas actividades em cada sessão do Congresso;

g) Gerir as finanças da Organização de acordo com as disposições da parte xi da presente Convenção;

h) Desempenhar quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas pelo Congresso ou pela presente Convenção.

ARTIGO 15.º

Reuniões

A Comissão Executiva reunirá, pelo menos, uma vez cada ano. A data e o local da reunião serão fixados pelo Presidente da Organização, atendendo ao parecer dos restantes membros da Comissão.

ARTIGO 16.º

Votação

As decisões da Comissão Executiva serão tomadas por maioria de dois terços dos votos emitidos a favor e contra. Cada membro da Comissão Executiva terá apenas um voto, mesmo que seja membro por mais de um título.

ARTIGO 17.º

Quórum

A maioria dos membros da Comissão Executiva constitui o quórum.

PART VIII

Regional Associations

ARTICLE 18

(a) Regional Associations shall be composed of the Members of the Organization, the networks of which lie in or extend into the Region.

(b) Members of the Organization shall be entitled to attend the meetings of Regional Associations to which they do not belong, take part in the discussions, present their views upon questions affecting their own Meteorological Service, but shall not have the right to vote.

(c) Regional Associations shall meet as often as necessary. The time and place of the meeting shall be determined by the Presidents of the Regional Associations in agreement with the President of the Organization.

(d) The functions of the Regional Associations shall be:

- (i) To promote the execution of the resolutions of Congress and the Executive Committee in their respective regions;
- (ii) To consider matters brought to their attention by the Executive Committee;
- (iii) To discuss matters of general meteorological interest and to coordinate meteorological and associated activities in their respective regions;
- (iv) To make recommendations to Congress and the Executive Committee on matters within the purposes of the Organization;
- (v) To perform such other functions as may be conferred on them by the Congress.

(e) Each Regional Association shall elect its President and Vice-President.

PART IX

Technical Commissions

ARTICLE 19

(a) Commissions consisting of technical experts may be established by the Congress to study and make recommendations to the Congress and the Executive Committee on any subject within the purposes of the Organization.

(b) Members of the Organization have the right to be represented on the Technical Commissions.

PARTIE VIII

Associations Régionales

ARTICLE 18

(a) Les Associations Régionales sont composées des Membres de l'Organisation dont tout ou partie des réseaux se trouve dans la Région.

(b) Les Membres de l'Organisation ont le droit d'assister aux réunions des Associations Régionales auxquelles ils n'appartiennent pas; de prendre part aux débats; de présenter leurs vues sur les questions qui concernent leur propre Service météorologique, mais ils n'ont pas le droit de vote.

(c) Les Associations Régionales se réunissent aussi souvent qu'il est nécessaire. La date et le lieu de réunion sont fixés par les Présidents des Associations Régionales avec l'assentiment du Président de l'Organisation.

(d) Les fonctions des Associations Régionales sont les suivantes:

- (i) Encourager l'exécution des résolutions du Congrès et du Comité Exécutif dans leurs régions respectives;
- (ii) Examiner toute question dont elles seraient saisies par le Comité Exécutif;
- (iii) Discuter de sujets d'intérêt général et coordonner, dans leurs régions respectives, les activités météorologiques et connexes;
- (iv) Présenter des recommandations au Congrès et au Comité Exécutif sur les questions qui relèvent de la compétence de l'Organisation;
- (v) Assurer toutes autres fonctions qui pourraient lui être confiées par le Congrès.

(e) Chaque Association Régionale élit son Président et son Vice-Président.

PARTIE IX

Commissions Techniques

ARTICLE 19

(a) Des commissions composées d'experts techniques peuvent être établies par le Congrès pour étudier toute question relevant de la compétence de l'Organisation et présenter au Congrès et au Comité Exécutif des recommandations à ce sujet.

(b) Les Membres de l'Organisation ont le droit de se faire représenter dans les Commissions Techniques.

PARTE VIII

Associações Regionais

ARTIGO 18.º

a) As Associações Regionais serão constituídas pelos Membros da Organização cujas redes, no todo ou em parte, se encontrem na região.

b) Os Membros da Organização poderão assistir às reuniões das Associações Regionais a que não pertencerem, tomar parte nos trabalhos e apresentar os seus pontos de vista sobre assuntos que interessarem o seu Serviço Meteorológico, mas sem direito de voto.

c) As Associações Regionais reunirão tantas vezes quantas forem necessárias. A data e o local da reunião serão fixados pelos Presidentes das Associações Regionais de acordo com o Presidente da Organização.

d) As funções das Associações Regionais serão:

- i) Promover a execução das resoluções do Congresso e da Comissão Executiva nas respectivas regiões;
- ii) Considerar os assuntos que lhes forem remetidos pela Comissão Executiva;
- iii) Discutir assuntos de interesse meteorológico geral e coordenar as actividades meteorológicas e afins nas respectivas regiões;
- iv) Submeter recomendações ao Congresso e à Comissão Executiva sobre assuntos relacionados com os objectivos da Organização;
- v) Desempenhar quaisquer outras funções que lhes sejam atribuídas pelo Congresso.

e) Cada Associação Regional elegerá os seus Presidente e Vice-Presidente.

PARTE IX

Comissões Técnicas

ARTIGO 19.º

a) O Congresso poderá instituir comissões constituídas por especialistas técnicos para estudarem e submeterem recomendações ao Congresso e à Comissão Executiva sobre qualquer assunto relacionado com os objectivos da Organização.

b) Os Membros da Organização têm o direito de se fazer representar nas Comissões Técnicas.

(c) Each Technical Commission shall elect its President and Vice-President.

(d) Presidents of Technical Commissions may participate without vote in the meetings of the Congress and of the Executive Committee.

PART X

The Secretariat

ARTICLE 20

The permanent Secretariat of the Organization shall be composed of a Secretary General and such technical and clerical staff as may be required for the work of the Organization.

ARTICLE 21

(a) The Secretary General shall be appointed by the Congress on such terms as the Congress may approve.

(b) The staff of the Secretariat shall be appointed by the Secretary General with the approval of the Executive Committee in accordance with regulations established by the Congress.

ARTICLE 22

(a) The Secretary General is responsible to the President of the Organization for the technical and administrative work of the Secretariat.

(b) In the performance of their duties, the Secretary General and the staff shall not seek or receive instructions from any authority external to the Organization. They shall refrain from any action which might reflect on their position as international officers. Each Member of the Organization on its part shall respect the exclusively international character of the responsibilities of the Secretary General and the staff and not seek to influence them in the discharge of their responsibilities to the Organization.

PART XI

Finances

ARTICLE 23

(a) The Congress shall determine the maximum expenditures which may be incurred by the Organization on the basis of estimates submitted by the Secretary General and recommended by the Executive Committee.

(b) The Congress shall delegate to the Executive Committee such authority as may be required to approve the annual expenditures of the Organization within the limitations determined by the Congress.

(c) Chaque Commission Technique élit son Président et son Vice-Président.

(d) Les Présidents des Commissions Techniques peuvent participer, sans droit de vote, aux réunions du Congrès et à celles du Comité Exécutif.

PARTIE X

Le Secrétariat

ARTICLE 20

Le Secrétariat permanent de l'Organisation est composé d'un Secrétaire Général et du personnel technique et administratif nécessaire pour effectuer les travaux de l'Organisation.

ARTICLE 21

(a) Le Secrétaire Général est nommé par le Congrès aux conditions approuvées par ce dernier.

(b) Le personnel du Secrétariat est nommé par le Secrétaire Général, sous réserve d'approbation du Comité Exécutif, conformément aux règlements établis par le Congrès.

ARTICLE 22

(a) Le Secrétaire est responsable devant le Président de l'Organisation des travaux techniques et administratifs du Secrétariat.

(b) Dans l'accomplissement de leurs devoirs, le Secrétaire Général et le personnel ne solliciteront ni n'accepteront d'instructions d'aucune autorité extérieure à l'Organisation. Ils s'abstiendront de toute action incompatible avec leur qualité de fonctionnaires internationaux. Pour sa part, chaque Membre de l'Organisation respectera le caractère exclusivement international des fonctions du Secrétaire Général et du personnel et ne cherchera pas à les influencer dans l'exécution des tâches que leur confie l'Organisation.

PARTIE XI

Finances

ARTICLE 23

(a) Le Congrès fixera le chiffre maximum des dépenses de l'Organisation, sur la base des prévisions soumises par le Secrétaire Général et recommandées par le Comité Exécutif.

(b) Le Congrès délèguera au Comité Exécutif l'autorité qui pourrait lui être nécessaire pour approuver les dépenses annuelles de l'Organisation dans les limites fixées par la Conférence.

c) Cada Comissão Técnica elegerá os seus Presidente e Vice-Presidente.

d) Os Presidentes das Comissões Técnicas podem tomar parte nas reuniões do Congresso e da Comissão Executiva, sem direito de voto.

PARTE X

Secretaria

ARTIGO 20.º

A Secretaria permanente da Organização será constituída por um Secretário-Geral e pelo pessoal técnico e administrativo que for necessário para o funcionamento da Organização.

ARTIGO 21.º

a) O Secretário-Geral será nomeado pelo Congresso nas condições que este aprovar.

b) O pessoal da Secretaria será nomeado pelo Secretário-Geral, com a aprovação da Comissão Executiva, de acordo com o regulamento fixado pelo Congresso.

ARTIGO 22.º

a) O Secretário-Geral é responsável perante o Presidente da Organização pelo funcionamento técnico e administrativo da Secretaria.

b) No desempenho das suas funções o Secretário-Geral e o pessoal não pedirão nem receberão instruções de qualquer entidade estranha à Organização. Deverão abster-se de qualquer atitude que possa atingir a sua situação de funcionários internacionais. Por sua vez os Membros da Organização respeitarão o carácter exclusivamente internacional das funções do Secretário-Geral e do pessoal e não procurarão influenciá-los no desempenho das suas obrigações com a Organização.

PARTE XI

Finanças

ARTIGO 23.º

a) O Congresso fixará o quantitativo máximo das despesas da Organização, com base em estimativas apresentadas pelo Secretário-Geral e recomendadas pela Comissão Executiva.

b) O Congresso delegará na Comissão Executiva a autoridade necessária para aprovar as despesas anuais da Organização dentro dos limites fixados pelo Congresso.

ARTICLE 24

The expenditures of the Organization shall be apportioned among the Members of the Organization in the proportions determined by the Congress.

PART XII

Relations with the United Nations

ARTICLE 25

The Organization shall be brought into relationship with the United Nations pursuant to Article 57 of the Charter of the United Nations, subject to the approval of the terms of the agreement by two-thirds of the Members which are States.

PART XIII

Relations with Other Organizations

ARTICLE 26

(a) The Organization shall establish effective relations and co-operate closely with such other inter-governmental organizations as may be desirable. Any formal agreement entered into with such organizations shall be made by the Executive Committee, subject to approval by two-thirds of the Members which are States.

(b) The Organization may on matters within its purposes make suitable arrangements for consultation and co-operation with non-governmental international organizations and, with the consent of the government concerned, with national organizations, governmental or non-governmental.

(c) Subject to approval by two-thirds of the Members which are States, the Organization may take over from any other international organization or agency, the purpose and activities of which lie within the purposes of the Organization, such functions, resources, and obligations as may be transferred to the Organization by international agreement or by mutually acceptable arrangements entered into between competent authorities of the respective organizations.

PART XIV

Legal Status, Privileges and Immunities

ARTICLE 27

(a) The Organization shall enjoy in the territory of each Member such legal capacity as may be necessary

ARTICLE 24

Les dépenses de l'Organisation sont réparties entre les Membres de l'Organisation dans les proportions fixées par le Congrès.

PARTIE XII

Relations avec les Nations Unies

ARTICLE 25

L'Organisation sera reliée aux Nations Unies aux termes de l'article 57 de la Charte des Nations Unies, sous réserve que les dispositions de l'accord soient approuvées par les deux tiers des Membres qui sont des Etats.

PARTIE XIII

Relations avec d'autres organisations

ARTICLE 26

(a) L'Organisation établira des relations effectives et travaillera en collaboration étroite avec d'autres organisations intergouvernementales chaque fois qu'elle l'estimera opportun. Tout accord officiel qui serait établi avec de telles organisations devra être conclu par le Comité Exécutif, sous réserve de l'approbation des deux tiers des Membres qui sont des Etats.

(b) L'Organisation peut, sur toute question de sa compétence, prendre toutes dispositions utiles pour agir en consultation et collaboration avec les organisations internationales non-gouvernementales et, si le gouvernement intéressé y consent, avec des organisations nationales, gouvernementales ou non.

(c) Sous réserve d'approbation par les deux tiers des Membres qui sont des Etats, l'Organisation peut accepter d'autres institutions ou organismes internationaux, dont les buts et l'activité relèvent de la compétence de l'Organisation, toutes fonctions, ressources et obligations qui pourraient être transférées à l'Organisation par accord international ou par arrangement mutuel intervenu entre les autorités compétentes des organisations respectives.

PARTIE XIV

Statut légal, privilèges et immunités

ARTICLE 27

(a) L'Organisation jouit, sur le territoire de chacun de ses Membres, de la capacité juridique qui lui est neces-

ARTIGO 24.º

As despesas da Organização serão distribuídas pelos Membros da Organização na proporção fixada pelo Congresso.

PARTE XII

Relações com as Nações Unidas

ARTIGO 25.º

A Organização ficará relacionada com as Nações Unidas nos termos do artigo 57.º da Carta das Nações Unidas, desde que as disposições do acordo sejam aprovadas por dois terços dos Membros que são Estados.

PARTE XIII

Relações com outras organizações

ARTIGO 26.º

a) A Organização estabelecerá relações efectivas e colaborará estreitamente com outras organizações intergovernamentais quando o entender. Qualquer acordo formal estabelecido com tais organizações deverá ser elaborado pela Comissão Executiva, sujeito à aprovação por dois terços dos Membros que são Estados.

b) A Organização poderá, em assuntos relacionados com os seus objectivos, tomar as disposições convenientes para actuar de acordo e de colaboração com organizações internacionais não governamentais e, mediante autorização do Governo interessado, com organizações nacionais, governamentais ou não.

c) Sujeito à aprovação de dois terços dos Membros que são Estados, a Organização poderá receber de outra organização ou agência internacional cujos fins e actividades estejam dentro dos objectivos da Organização quaisquer funções, meios e obrigações que possam ser transferidos para a Organização por acordo internacional ou por acordo mutuamente aceitável entre as entidades competentes das organizações respectivas.

PARTE XIV

Estatuto legal, privilégios e imunidades

ARTIGO 27.º

a) A Organização gozará, no território de cada um dos seus Membros, da capacidade jurídica que for neces-

for the fulfilment of its purposes and for the exercise of its functions.

(b) (i) The Organization shall enjoy in the territory of each Member to which the present Convention applies such privileges and immunities as may be necessary for the fulfilment of its purposes and for the exercise of its functions.

(b) (ii) Representatives of Members and officials of the Organization shall similarly enjoy such privileges and immunities as are necessary for the independent exercise of their functions in connection with the Organization.

(c) Such legal capacity, privileges, and immunities shall be defined in a separate agreement to be prepared by the Organization in consultation with the Secretary General of the United Nations and concluded between the Members which are States.

PART XV

Amendments

ARTICLE 28

(a) The text of any proposed amendment to the present Convention shall be communicated by the Secretary General to Members of the Organization at least six months in advance of its consideration by the Congress.

(b) Amendments to the present Convention involving new obligations for Members shall require approval by the Congress, in accordance with the provisions of Article 10 of the present Convention, by a two-thirds majority vote, and shall come into force on acceptance by two-thirds of the Members which are States for each such Member accepting the amendment and thereafter for each remaining such Member on acceptance by it. Such amendments shall come into force for any Member not responsible for its own international relations upon the acceptance on behalf of such a Member by the Member responsible for the conduct of its international relations.

(c) Other amendments shall come into force upon approval by two-thirds of the Members which are States.

PART XVI

Interpretation and Disputes

ARTICLE 29

Any question or dispute concerning the interpretation or application of the present Convention which is not settled by negotiation or by the Congress shall

saire pour atteindre ses buts et exercer ses fonctions.

(b) (i) L'Organisation jouit, sur le territoire de chacun des Membres auxquels s'applique la présente Convention, des privilèges et des immunités qui leur sont nécessaires pour atteindre ses buts et exercer ses fonctions.

(b) (ii) Les représentants des Membres et les membres du Bureau de l'Organisation jouissent également des privilèges et immunités qui leur sont nécessaires pour exercer en toute indépendance les fonctions qu'ils détiennent de l'Organisation.

(c) La capacité juridique, les privilèges et immunités susmentionnés seront définis dans un accord séparé, qui sera préparé par l'Organisation, en consultation avec le Secrétaire Général des Nations Unies et conclu entre les Membres qui sont des Etats.

PARTIE XV

Amendements

ARTICLE 28

(a) Tout projet d'amendement à la présente Convention sera communiqué par le Secrétaire Général aux Membres de l'Organisation, six mois au moins avant d'être soumis à l'examen du Congrès.

(b) Tout amendement à la présente Convention comportant de nouvelles obligations pour les Membres de l'Organisation sera approuvé par le Congrès, conformément aux dispositions de l'article 10 de la présente Convention, à la majorité des deux tiers, et entrera en vigueur, sur acceptation par les deux tiers des Membres qui sont des Etats, pour chacun de ces Membres qui accepte le dit amendement et, par la suite, pour chaque Membre restant, sur acceptation par celui-ci. De tels amendements entreront en vigueur, pour tout Membre qui n'est pas responsable de ses propres relations internationales, après acceptation en son nom par le Membre responsable de la conduite de ses relations internationales.

(c) Les autres amendements entreront en vigueur après avoir été approuvés par les deux tiers des Membres qui sont des Etats.

PARTIE XVI

Interprétation et litiges

ARTICLE 29

Toute question ou tout litige portant sur l'interprétation ou l'application de la présente Convention qui ne pourraient être réglés par voie de né-

sária para realizar os seus objectivos e desempenhar as suas funções.

b) 1) A Organização gozará, no território de cada um dos Membros a que se aplicar a presente Convenção, dos privilégios e imunidades que forem necessários para realizar os seus objectivos e desempenhar as suas funções.

b) 11) Os representantes dos Membros e os funcionários da Organização gozarão igualmente dos privilégios e imunidades que forem necessários para exercerem com independência as suas funções na Organização.

c) A capacidade jurídica, os privilégios e as imunidades serão definidos em acordo separado, a preparar pela Organização de colaboração com o Secretário-Geral das Nações Unidas e concluído entre os Membros que são Estados.

PARTE XV

Alterações

ARTIGO 28.º

a) O texto de qualquer projecto de alteração da presente Convenção será comunicado pelo Secretário-Geral aos Membros da Organização seis meses, pelo menos, antes de ser submetido à consideração do Congresso.

b) As alterações da presente Convenção que impliquem novas obrigações para os Membros deverão ser aprovadas pelo Congresso, de acordo com as disposições do artigo 10.º da presente Convenção, por maioria de dois terços dos votos, e entrarão em vigor quando aceites por dois terços dos Membros que são Estados, para cada Membro que aceitar a alteração e, seguidamente, para cada um dos Membros restantes, quando ele a aceitar. As alterações entrarão em vigor, para um Membro que não é responsável pelas suas relações internacionais, depois de aceites, em nome desse Membro, pelo Membro responsável pela conduta das suas relações internacionais.

c) As outras alterações entrarão em vigor quando aprovadas por dois terços dos Membros que são Estados.

PARTE XVI

Interpretação e diferendos

ARTIGO 29.º

Qualquer questão ou diferendo relativo à interpretação ou aplicação da presente Convenção, que não seja resolvido por negociação ou pelo Con-

be referred to an independent arbitrator appointed by the President of the International Court of Justice, unless the parties concerned agree on another mode of settlement.

PART XVII

Withdrawal

ARTICLE 30

(a) Any Member may withdraw from the Organization on twelve months' notice in writing given by it to the Secretary General of the Organization, who shall at once inform all the Members of the Organization of such notice of withdrawal.

(b) Any Member of the Organization not responsible for its own international relations may be withdrawn from the Organization on twelve months' notice in writing given by the Member or other authority responsible for its international relations to the Secretary General of the Organization, who shall at once inform all the Members of the Organization of such notice of withdrawal.

PART XVIII

Suspension

ARTICLE 31

If any Member fails to meet its financial obligations to the Organization or otherwise fails in its obligations under the present Convention, the Congress may by resolution suspend it from exercising its rights and enjoying privileges as a Member of the Organization until it has met such financial or other obligations.

PART XIX

Ratification and Accession

ARTICLE 32

The present Convention shall be ratified by the signatory States and the instruments of ratification shall be deposited with the Government of the United States of America, which will notify each signatory and acceding State of the date of deposit thereof.

ARTICLE 33

Subject to the provisions of Article 3 of the present Convention, accession shall be effected by the de-

gociations ou par le Congrès seront renvoyés devant un arbitre indépendant désigné par le Président de la Cour Internationale de Justice, à moins que les parties intéressées ne conviennent entre elles d'un autre mode de règlement.

PARTIE XVII

Retrait

ARTICLE 30

(a) Tout Membre peut se retirer de l'Organisation sur préavis d'un an donné par écrit au Secrétaire Général de l'Organisation, qui en informera immédiatement tous les Membres de l'Organisation.

(b) Tout Membre de l'Organisation qui n'est pas responsable de ses propres relations internationales peut être retiré de l'Organisation sur préavis d'un an donné par écrit, par le Membre ou par toute autre autorité responsable de ses relations internationales, au Secrétaire Général de l'Organisation qui en informera immédiatement tous les Membres de l'Organisation.

PARTIE XVIII

Suspension

ARTICLE 31

Si un Membre manque à ses obligations financières vis-à-vis de l'Organisation, ou manque de toute autre manière aux obligations que lui impose la présente Convention, le Congrès peut, par une résolution à cet effet, suspendre ce Membre de l'exercice de ses droits et de la jouissance de ses privilèges en tant que Membre de l'Organisation, jusqu'à ce qu'il se soit acquitté desdites obligations, financières ou autres.

PARTIE XIX

Ratification et adhésion

ARTICLE 32

La présente Convention sera ratifiée par les Etats signataires et les instruments de ratification seront déposés auprès du Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, qui notifiera la date de leur dépôt à tous les Etats signataires et adhérents.

ARTICLE 33

Sous réserve des dispositions de l'article 3 de la présente Convention, l'adhésion pourra s'effectuer par le

gresso, será submetido a um árbitro independente, designado pelo Presidente do Tribunal Internacional de Justiça, a não ser que as partes interessadas concordem noutro modo de proceder.

PARTE XVII

Abandono

ARTIGO 30.º

a) Qualquer Membro poderá abandonar a Organização, notificando por escrito, com doze meses de antecedência, o Secretário-Geral da Organização, que disso informará imediatamente todos os Membros da Organização.

b) Qualquer Membro da Organização que não seja responsável pelas suas relações internacionais poderá ser retirado da Organização desde que o Membro ou outra entidade responsável pelas suas relações internacionais notifique por escrito, com doze meses de antecedência, o Secretário-Geral da Organização, que disso informará imediatamente todos os Membros da Organização.

PARTE XVIII

Suspensão

ARTIGO 31.º

Se qualquer Membro deixar de cumprir as suas obrigações financeiras com a Organização ou de qualquer maneira faltar às obrigações impostas pela presente Convenção, o Congresso poderá resolver suspendê-lo do exercício dos seus direitos e do gozo dos seus privilégios de Membro da Organização até que ele cumpra as suas obrigações, financeiras ou outras.

PARTE XIX

Ratificação e adesão

ARTIGO 32.º

A presente Convenção será ratificada pelos Estados signatários e os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Governo dos Estados Unidos da América, que comunicará a data do depósito a cada um dos Estados signatários e aderentes.

ARTIGO 33.º

Satisfeitas as disposições do artigo 3.º da presente Convenção, a adesão poderá efectuar-se pelo depósito, junto

posit with the Government of the United States of America of an instrument of accession, which shall take effect on the date of its receipt by the Government of the United States of America, which will notify each signatory and acceding State thereof.

ARTICLE 34

Subject to the provisions of Article 3 of the present Convention,

(a) Any contracting State may declare that its ratification of, or accession to, the present Convention includes any territory or group of territories for the international relations of which it is responsible.

(b) The present Convention may at any time thereafter be applied to any such territory or group of territories upon a notification in writing to the Government of the United States of America and the present Convention shall apply to the territory or group of territories on the date of the receipt of the notification by the Government of the United States of America, which will notify each signatory and acceding State thereof.

(c) The United Nations may apply the present Convention to any trust territory or group of trust territories for which it is the administering authority. The Government of the United States of America will notify all signatory and acceding States of any such application.

PART XX

Entry into Force

ARTICLE 35

The present Convention shall come into force on the thirtieth day after the date of the deposit of the thirtieth instrument of ratification or accession. The present Convention shall come into force for each State ratifying or acceding after that date on the thirtieth day after the deposit of its instrument of ratification or accession.

The present Convention shall bear the date on which it is opened for signature and shall remain open for signature for a period of 120 days thereafter.

In witness whereof the undersigned, having been duly authorized by their respective Governments, have signed the present Convention.

Done at Washington this eleventh day of October 1947, in the English and French languages, each equally authentic, the original of which shall be deposited in the archives of the Government of the United States of

dépôt auprès du Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique d'un instrument d'adhésion, qui prendra effet à la date de sa réception par ce Gouvernement, lequel notifiera tous les Etats signataires et adhérents.

ARTICLE 34

(a) Sous réserve des dispositions de l'article 3 de la présente Convention, tout Etat contractant peut, au moment de sa ratification ou de son adhésion, déclarer que la présente Convention est valable pour tel territoire ou groupe de territoires pour lequel il assume la responsabilité des relations internationales.

(b) La présente Convention peut à tout moment par la suite être appliquée à un territoire ou groupe de territoires, sur notification par écrit au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, et vaudra à l'égard dudit territoire à la date de réception de la notification par ce Gouvernement, qui notifiera tous les Etats signataires et adhérents.

(c) Les Nations Unies pourront appliquer la présente Convention à tout territoire ou groupe de territoires sous tutelle dont l'administration leur incombe. Le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique notifiera cette application à tous les Etats signataires et adhérents.

PARTIE XX

Entrée en vigueur

ARTICLE 35

La présente Convention entrera en vigueur trente jours après la date du dépôt du trentième instrument de ratification ou d'adhésion. La présente Convention entrera en vigueur pour chaque Etat qui la ratifie ou y adhère après cette date, trente jours après le dépôt de son instrument de ratification ou d'adhésion.

La présente Convention portera la date à laquelle elle sera ouverte aux signatures et restera ensuite ouverte aux signatures pendant une période de 120 jours.

En foi de quoi, les soussignés, étant dûment autorisés à cet effet par leurs Gouvernements respectifs, ont signé la présente Convention.

Fait à Washington le 11 octobre 1947, en anglais et en français, les deux textes faisant également foi, dont l'original sera déposé aux archives du Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, qui en transmettra des copies

do Governo dos Estados Unidos da América, de um instrumento de adesão, que entrará em vigor na data da sua recepção pelo dito Governo, que disso informará cada um dos Estados signatários e aderentes.

ARTIGO 34.º

Satisfeitas as disposições do artigo 3.º da presente Convenção:

a) Um Estado contratante poderá declarar que a sua ratificação ou adesão à presente Convenção inclui qualquer território ou grupo de territórios por cujas relações internacionais é responsável;

b) A presente Convenção poderá em qualquer ocasião futura ser aplicada a um desses territórios ou grupos de territórios, mediante notificação escrita ao Governo dos Estados Unidos da América, e entrará em vigor para esse território ou grupo de territórios na data da recepção da notificação pelo dito Governo, que disso informará cada um dos Estados signatários e aderentes;

c) As Nações Unidas poderão aplicar a presente Convenção a qualquer território ou grupo de territórios sob tutela por elas administrado. O Governo dos Estados Unidos da América comunicará este facto a todos os Estados signatários e aderentes.

PARTE XX

Entrada em vigor

ARTIGO 35.º

A presente Convenção entrará em vigor trinta dias depois da data do depósito do trigésimo instrumento de ratificação ou adesão. A presente Convenção entrará em vigor para cada Estado que a ratificar ou a ela aderir depois daquela data trinta dias depois de depositado o respectivo instrumento de ratificação ou adesão.

A presente Convenção levará a data a partir da qual fica aberta à assinatura durante cento e vinte dias.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, assinaram a presente Convenção.

Feita em Washington, em 11 de Outubro de 1947, em inglês e em francês, cada um dos textos igualmente autêntico, cujo original será depositado nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América. O Go-

America. The Government of the United States of America shall transmit certified copies thereof to all the signatory and acceding States.

certifiées conformes à tous les Etats signataires et adhérents.

verno dos Estados Unidos da América transmitirá cópias autenticadas a todos os Estados signatários e aderentes.

FOR ARGENTINA:

Alfredo Galmarini.

POUR L'ARGENTINE:

Alfredo Galmarini.

PELA ARGENTINA:

Alfredo Galmarini.

FOR AUSTRALIA:

N. H. Warren.

POUR L'AUSTRALIE:

N. H. Warren.

PELA AUSTRÁLIA:

N. H. Warren.

FOR BELGIUM (including the Belgian Congo):

A. Vanden Broeck.

N. Vander Elst for the Belgian Congo.

POUR LA BELGIQUE (y compris le Congo Belge):

A. Vanden Broeck.

N. Vander Elst pour le Congo Belge.

PELA BÉLGICA (incluindo o Congo Belga):

A. Vanden Broeck.

N. Vander Elst pelo Congo Belga.

FOR BRAZIL:

Francisco Xavier Rodrigues de Souza.

POUR LE BRÉSIL:

Francisco Xavier Rodrigues de Souza.

PELO BRASIL:

Francisco Xavier Rodrigues de Souza.

FOR BURMA:

Maung Po. E.

POUR LA BIRMANIE:

Maung Po. E.

PELA BIRMÂNIA:

Maung Po. E.

FOR CANADA:

Andrew Thomson.

P. D. McTaggart-Cowan.

POUR LE CANADA:

Andrew Thomson.

P. D. McTaggart-Cowan.

PELO CANADÁ:

Andrew Thomson.

P. D. McTaggart-Cowan.

FOR CHILE:

F. Nieto del Rio.

POUR LE CHILI:

F. Nieto del Rio.

PELO CHILE:

F. Nieto del Rio.

FOR CHINA:

J. Lee.

A. Lu.

POUR LA CHINE:

J. Lee.

A. Lu.

PELA CHINA:

J. Lee.

A. Lu.

FOR COLOMBIA:

Santiago Garavito.

POUR LA COLOMBIE:

Santiago Garavito.

PELA COLÔMBIA:

Santiago Garavito.

FOR CUBA:

Gmo. Belt.

POUR CUBA:

Gmo. Belt.

FOR CUBA:

Gmo. Belt.

FOR CZECHOSLOVAKIA:

Dr. Alois Gregor.

POUR LA TCHÉCOSLOVAQUIE:

Dr. Alois Gregor.

PELA CHECOSLOVÁQUIA:

Dr. Alois Gregor.

FOR DENMARK:

Henrik Kauffmann.

POUR LE DANEMARK:

Henrik Kauffmann.

PELA DINAMARCA:

Henrik Kauffmann.

FOR THE DOMINICAN REPUBLIC:

Hans Cohn.

POUR LA REPUBLIQUE DOMINICAINE:

Hans Cohn.

PELA REPÚBLICA DOMINICANA:

Hans Cohn.

FOR ECUADOR:

C. J. Arosema (ad referendum).

POUR L'EQUATEUR:

C. J. Arosema (ad referendum).

PELO EQUADOR:

C. J. Arosema (ad referendum).

FOR EGYPT:

H. Fahmy.

POUR L'EGYPTE:

H. Fahmy.

PELO EGIPTO:

H. Fahmy.

FOR FINLAND:

J. Keränen.

POUR LA FINLANDE:

J. Keränen.

PELA FINLÂNDIA:

J. Keränen.

FOR FRANCE:

A. Viaut.

POUR LA FRANCE:

A. Viaut.

PELA FRANÇA:

A. Viaut.

FOR GREECE:

E. Vourlakis.

POUR LA GRÈCE:

E. Vourlakis.

PELA GRÉCIA:

E. Vourlakis.

FOR GUATEMALA:

Claudio Urrutia E.

FOR HUNGARY:

L. Aujeszky.

FOR ICELAND:

Teresia Gudmundsson.

FOR INDIA:

*S. K. Banerji.**V. V. Sohoni.*

FOR IRELAND:

A. H. Nagle.

FOR ITALY:

Giuseppe Barba.

FOR MEXICO:

F. Peña A.

FOR THE KINGDOM OF THE NETHERLANDS:

W. Bleeker.

FOR NEW ZEALAND:

M. A. F. Barnett.

FOR NORWAY:

Th. Hesselberg.

FOR PAKISTAN:

M. O. A. Baig.

FOR PARAGUAY:

T. Fariña Sanchez.

FOR POLAND:

J. Winiewicz.

FOR PORTUGAL:

H. Amorim Ferreira.

FOR THE REPUBLIC OF THE PHILIPPINES:

C. del Rosario.

FOR SIAM:

Charoon V. Bunnag.

FOR SWEDEN:

Gustaf Slettenmark.

FOR SWITZERLAND:

Jean Lugeon.

FOR TURKEY:

H. R. Baydur.

FOR THE UNION OF SOUTH AFRICA:

H. T. Andrews.

FOR THE UNITED KINGDOM OF GREAT:

*Nelson K. Johnson.**R. C. Chilver.*

POUR LE GUATEMALA:

Claudio Urrutia E.

POUR LA HONGRIE:

L. Aujeszky.

POUR L'ISLANDE:

Teresia Gudmundsson.

POUR L'INDE:

*S. K. Banerji.**V. V. Sohoni.*

POUR L'IRLANDE:

A. H. Nagle.

POUR L'ITALIE:

Giuseppe Barba.

POUR LE MEXIQUE:

F. Peña A.

POUR LE ROYAUME DES PAYS-BAS:

W. Bleeker.

POUR LA NOUVELLE-ZÉLANDE:

M. A. F. Barnett.

POUR LA NORVÈGE:

Th. Hesselberg.

POUR LE PAKISTAN:

M. O. A. Baig.

POUR LE PARAGUAY:

T. Fariña Sanchez.

POUR LA POLOGNE:

J. Winiewicz.

POUR LE PORTUGAL:

H. Amorim Ferreira.

POUR LA REPUBLIQUE DES PHILIPPINES:

C. del Rosario.

POUR LE SIAM:

Charoon V. Bunnag.

POUR LA SUÈDE:

Gustaf Slettenmark.

POUR LA SUISSE:

Jean Lugeon.

POUR LA TURQUIE:

H. R. Baydur.

POUR L'UNION SUD-AFRICAINE:

H. T. Andrews.

POUR LE ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE DU NORD:

*Nelson K. Johnson.**R. C. Chilver.*

PELA GUATEMALA:

Claudio Urrutia E.

PELA HUNGRIA:

L. Aujeszky.

PELA ISLÂNDIA:

Teresia Gudmundsson.

PELA ÍNDIA:

*S. K. Banerji.**V. V. Sohoni.*

PELA IRLANDA:

A. H. Nagle.

PELA ITÁLIA:

Giuseppe Barba.

PELO MÉXICO:

F. Peña A.

PELO REINO DOS PAÍSES BAIXOS:

W. Bleeker.

PELA NOVA ZELÂNDIA:

M. A. F. Barnett.

PELA NORUEGA:

Th. Hesselberg.

PELO PAQUISTÃO:

M. O. A. Baig.

PELO PARAGUAI:

T. Fariña Sanchez.

PELA POLONIA:

J. Winiewicz.

POR PORTUGAL:

H. Amorim Ferreira.

PELA REPÚBLICA DAS FILIPINAS:

C. del Rosario.

PELO SIÃO:

Charoon V. Bunnag.

PELA SUÉCIA:

Gustaf Slettenmark.

PELA SUÍÇA:

Jean Lugeon.

PELA TURQUIA:

H. R. Baydur.

PELA UNIÃO SUL-AFRICANA:

H. T. Andrews.

PELO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE:

*Nelson K. Johnson.**R. C. Chilver.*

FOR THE UNITED STATES OF AMÉ-
RICA :

F. W. Reichelderfer.

FOR URUGUAY :

*Cap. de Fragata Américo
Dentone.*

FOR YUGOSLAVIA :

Milan Vemic.

Annex I

States represented at the Conference of Directors of the International Meteorological Organization convened at Washington, D. C., on September 22, 1947 :

ARGENTINA.
AUSTRALIA.
BELGIUM.
BRAZIL.
BURMA.
CANADA.
CHILE.
CHINA.
COLOMBIA.
CUBA.
CZECHOSLOVAKIA.
DENMARK.
DOMINICAN REPUBLIC.
ECUADOR
EGYPT.
FINLAND.
FRANCE.
GREECE.
GUATEMALA.
HUNGARY.
ICELAND.
INDIA.
IRELAND.
ITALY.
MEXICO.
NETHERLANDS.
NEW ZEALAND.
NORWAY.
PAKISTAN.
PARAGUAY.
PHILIPPINES.
POLAND.
PORTUGAL.
ROMANIA.
SIAM.
SWEDEN.
SWITZERLAND.
TURKEY.
UNION OF SOUTH AFRICA.
UNION OF SOVIET SOCIALIST RE-
PUBLICS.
UNITED KINGDOM OF GREAT BRI-
TAIN AND NORTHERN IRELAND.
UNITED STATES OF AMERICA.
URUGUAY.
VENEZUELA.
YUGOSLAVIA.

POUR LES ETATS-UNIS D'AMÉRI-
QUE :

F. W. Reichelderfer.

POUR L'URUGUAY :

*Cap. de Fragata Américo
Dentone.*

POUR LA IOUGOSLAVIE :

Milan Vemic.

Annexe I

États représentés à la Conférence des Directeurs de l'Organisation Météorologique Internationale réunie à Washington D. C., le 22 septembre 1947 :

ARGENTINE.
AUSTRALIE.
BELGIQUE.
BIRMANIE.
BRÉSIL.
CANADA.
CHILI.
CHINE.
COLOMBIE.
CUBA.
DANEMARK.
EGYPTE.
EQUATEUR.
ETATS-UNIS D'AMÉRIQUE.
FINLANDE.
FRANCE.
GRÈCE.
GUATEMALA.
HONGRIE.
INDE.
IRLANDE.
ISLANDE.
ITALIE.
MEXIQUE.
NORVÈGE.
NOUVELLE-ZÉLANDE.
PAKISTAN.
PARAGUAY.
PAYS-BAS.
PHILIPPINES.
POLOGNE.
PORTUGAL.
RÉPUBLIQUE DOMINICAINE.
ROUMANIE.
ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRE-
TAGNE ET D'IRLANDE DU NORD.
SIAM.
SUÈDE.
SUISSE.
TCHÉCOSLOVAQUIE.
TURQUIE.
UNION DES RÉPUBLIQUES SOCIA-
LISTES SOVIÉTIQUES.
UNION SUD-AFRICAINE.
URUGUAY.
VENEZUELA.
YOUNGOSLAVIE.

PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉ-
RICA :

F. W. Reichelderfer.

PELO URUGUAI :

*Cap. de Fragata Américo
Dentone.*

PELA JUGOSLÁVIA :

Milan Vemic.

Anexo I

Estados representados na Conferência dos Directores da Organização Meteorológica Internacional, reunida em Washington, D. C., em 22 de Setembro de 1947 :

ARGENTINA.
AUSTRÁLIA.
BÉLGICA.
BIRMÂNIA.
BRASIL.
CANADÁ.
CHECOSLOVÁQUIA.
CHILE.
CHINA.
COLÔMBIA.
CUBA.
DINAMARCA.
EGIPTO.
EQUADOR.
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
FILIPINAS.
FINLÂNDIA.
FRANÇA.
GRÉCIA.
GUATEMALA.
HUNGRIA.
ÍNDIA.
IRLANDA.
ISLÂNDIA.
ITÁLIA.
JUGOSLÁVIA.
MÉXICO.
NORUEGA.
NOVA ZELÂNDIA.
PAÍSES BAIXOS.
PAQUISTÃO.
PARAGUAI.
POLÓNIA.
PORTUGAL.
REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA
E IRLANDA DO NORTE.
REPÚBLICA DOMINICANA.
ROMÉNIA.
SIÃO.
SUÉCIA.
SUÍÇA.
TURQUIA.
UNIÃO DA ÁFRICA DO SUL.
UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIA-
LISTAS SOVIÉTICAS.
URUGUAI.
VENEZUELA.

Annex II

Territories or groups of territories which maintain their own meteorological services and of which the States responsible for their international relations are represented at the Conference of Directors of the International Meteorological Organization convened at Washington, D. C., September 22, 1947:

ANGLO-EGYPTIAN SUDAN.
BELGIAN CONGO.
BERMUDA.
BRITISH EAST AFRICA.
BRITISH GUIANA.
BRITISH WEST AFRICA.
CAMEROONS.
CAPE VERDE ISLANDS.
CEYLON.
CURAÇAO.
FRENCH EQUATORIAL AFRICA.
FRENCH OCEANIC COLONIES.
FRENCH SOMALILAND.
FRENCH TOGOLAND.
FRENCH WEST AFRICA.
HONG KONG.
INDO CHINA.
JAMAICA.
MADAGASCAR.
MALAYA.
MAURITIUS.
MOROCCO (not including the Spanish Zone).
NETHERLANDS INDIES.
NEW CALEDONIA.
PALESTINE.
PORTUGUESE EAST AFRICA.
PORTUGUESE WEST AFRICA.
RHODESIA.
SURINAM.
TUNISIA.

Protocol concerning Spain

At the time of signing the Convention of the World Meteorological Organization, the undersigned, being duly authorized by their Governments, have signed the following Protocol:

It is hereby agreed that Spain may, as soon as the Resolution of the General Assembly of the United Nations dated December 12, 1946, shall be abrogated or shall cease to be applicable, accede to the Convention of the World Meteorological Organization by complying with the provisions of Article 33 of the said Convention, without having to comply with the provisions of Article 3 (c) of the said Convention.

In witness whereof the respective representatives have signed the present Protocol.

Annexe II

Territoires ou groupes de territoires qui maintiennent leurs propres services météorologiques et dont les Etats responsables pour leurs relations internationales sont représentés à la Conférence des Directeurs de l'Organisation Météorologique Internationale réunie à Washington D. C., le 22 septembre 1947:

AFRIQUE EQUATORIALE FRANÇAISE.
AFRIQUE OCCIDENTALE ANGLAISE.
AFRIQUE OCCIDENTALE FRANÇAISE.
AFRIQUE OCCIDENTALE PORTUGAISE.
AFRIQUE ORIENTALE ANGLAISE.
AFRIQUE ORIENTALE PORTUGAISE.
BERMUDES.
CAMEROUN.
CEYLAN.
CONGO BELGE.
CURAÇAO.
ETABLISSEMENTS FRANÇAIS DE L'Océanie.
GUYANE ANGLAISE.
HONG-KONG.
ILE MAURICE.
ILES DU CAP VERT.
INDES NÉERLANDAISES.
INDOCHINE.
JAMAÏQUE.
MADAGASCAR.
MALAISIE.
MAROC (sauf la zone espagnole).
NOUVELLE-CALÉDONIE.
PALESTINE.
RHODÉSIE.
SOMALIE FRANÇAISE.
SOUDAN ANGLO-EGYPTIEN.
SURINAME.
TOGO FRANÇAIS.
TUNISIE.

Protocole concernant l'Espagne

Au moment de procéder à la signature de la Convention de l'Organisation Météorologique Mondiale, les soussignés, étant dûment autorisés par leurs Gouvernements, ont signé le Protocole suivant:

Il est convenu par les présentes que l'Espagne pourra, dès que la Résolution de l'Assemblée Générale des Nations Unies, en date du 12 décembre 1946, sera abrogée ou cessera d'être applicable, adhérer à la Convention de l'Organisation Météorologique Mondiale en se conformant aux dispositions de l'article 33 de la dite Convention, sans avoir à se conformer à celles de l'article 3, alinéa (c).

En foi de quoi, les représentants respectifs ont signé le présent Protocole.

Anexo II

Territórios ou grupos de territórios que mantêm serviços meteorológicos próprios e cujos Estados responsáveis pelas suas relações internacionais estão representados na Conferência dos Directores da Organização Meteorológica Internacional, reunida em Washington, D. C., em 22 de Setembro de 1947:

ÁFRICA EQUATORIAL FRANCESA.
ÁFRICA OCIDENTAL BRITÂNICA.
ÁFRICA OCIDENTAL FRANCESA.
ÁFRICA OCIDENTAL PORTUGUESA.
ÁFRICA ORIENTAL BRITÂNICA.
ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA.
ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE.
BERMUDAS.
CAMARÕES.
CEILÃO.
CONGO BELGA.
CURAÇAU.
ESTABELECIMENTOS FRANCESES DA OCEÂNIA.
GUIANA BRITÂNICA.
HONG-KONG.
ILHA MAURÍCIA.
ÍNDIAS HOLANDESES.
INDOCHINA.
JAMAICA.
MADAGÁSCAR.
MALÁSIA.
MARROCOS (excepto a zona espanhola).
NOVA CALEDÓNIA.
PALESTINA.
RODÉSIA.
SOMÁLIA FRANCESA.
SUDÃO ANGLO-EGÍPCIO.
SURINAME.
TOGO FRANCÊS.
TUNÍSIA.

(Tradução)

Protocolo relativo à Espanha

Na ocasião de assinarem a Convenção da Organização Meteorológica Mundial, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus Governos, assinaram o seguinte Protocolo:

Fica pelo presente acordado que a Espanha, logo que a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas datada de 12 de Dezembro de 1946 seja revogada ou deixe de ser aplicável, poderá aderir à Convenção da Organização Meteorológica Mundial, desde que satisfaça as disposições do artigo 33.º da dita Convenção, sem ter de satisfazer as do artigo 3.º, alínea c).

Em fé do que os respectivos representantes assinaram o presente Protocolo.

Done at Washington this eleventh day of October 1947, in the English and French languages, each equally authentic, the original of which shall be deposited in the archives of the Government of the United States of America. The Government of the United States of America shall transmit certified copies thereof to all the signatory States.

FOR ARGENTINA:

Alfredo G. Galmarini.

FOR AUSTRALIA:

N. H. Warren.

FOR BELGIUM (including the Belgian Congo):

A. Vanden Broeck.

N. Vander Elst for the Belgian Congo.

FOR BRAZIL:

Francisco Xavier Rodrigues de Souza.

FOR BURMA:

Maung Po. E.

FOR CANADA:

Andrew Thomson.

P. D. McTaggart-Cowan.

FOR CHILE:

F. Nieto del Rio.

FOR CHINA:

J. Lee.

FOR COLOMBIA:

Santiago Garavito.

FOR CUBA:

Gmo. Belt.

FOR CZECHOSLOVAKIA:

Dr. Alois Gregor.

FOR DENMARK:

Henrik Kauffmann.

FOR THE DOMINICAN REPUBLIC:

Hans Cohn.

FOR ECUADOR:

C. J. Arosema.

FOR EGYPT:

H. Fahmy.

FOR FINLAND:

J. Keränen.

FOR FRANCE:

A. Viaut.

Fait à Washington le 11 octobre 1947, en anglais et en français, les deux textes faisant également foi, dont l'original sera déposé aux archives du Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, qui en transmettra des copies certifiées conformes à tous les Etats signataires.

POUR L'ARGENTINE:

Alfredo G. Galmarini.

POUR L'AUSTRALIE:

N. H. Warren.

POUR LA BELGIQUE (y compris le Congo Belge):

A. Vanden Broeck.

N. Vander Elst pour le Congo Belge.

POUR LE BRÉSIL:

Francisco Xavier Rodrigues de Souza.

POUR LA BIRMANIE:

Maung Po. E.

POUR LE CANADA:

Andrew Thomson.

P. D. McTaggart-Cowan.

POUR LE CHILI:

F. Nieto del Rio.

POUR LA CHINE:

J. Lee.

POUR LA COLOMBIE:

Santiago Garavito.

POUR CUBA:

Gmo. Belt.

POUR LA TCHÉCOSLOVAQUIE:

Dr. Alois Gregor.

POUR LE DANEMARK:

Henrik Kauffmann.

POUR LA RÉPUBLIQUE DOMINICAINE:

Hans Cohn.

POUR L'ÉQUATEUR:

C. J. Arosema.

POUR L'ÉGYPTÉ:

H. Fahmy.

POUR LA FINLANDE:

J. Keränen.

POUR LA FRANCE:

A. Viaut.

Feito em Washington, em 11 de Outubro de 1947, em inglês e em francês, cada um dos textos igualmente autêntico, cujo original será depositado nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América. O Governo dos Estados Unidos da América transmitirá cópias autenticadas a todos os Estados signatários.

PELA ARGENTINA:

Alfredo G. Galmarini.

PELA AUSTRÁLIA:

N. H. Warren.

PELA BÉLGICA (incluindo o Congo Belga):

A. Vanden Broeck.

N. Vander Elst pelo Congo Belga.

PELO BRASIL:

Francisco Xavier Rodrigues de Souza.

PELA BIRMÂNIA:

Maung Po. E.

PELO CANADÁ:

Andrew Thomson.

P. D. McTaggart-Cowan.

PELO CHILE:

F. Nieto del Rio.

PELA CHINA:

J. Lee.

PELA COLÓMBIA:

Santiago Garavito.

POR CUBA:

Gmo. Belt.

PELA CHECOSLOVÁQUIA:

Dr. Alois Gregor.

PELA DINAMARCA:

Henrik Kauffmann.

PELA REPÚBLICA DOMINICANA:

Hans Cohn.

PELO EQUADOR:

C. J. Arosema.

PELO EGIPTO:

H. Fahmy.

PELA FINLÂNDIA:

J. Keränen.

PELA FRANÇA:

A. Viaut.

FOR GREECE: <i>E. S. Vourlakis.</i>	POUR LA GRÈCE: <i>E. S. Vourlakis.</i>	PELA GRÉCIA: <i>E. S. Vourlakis.</i>
FOR GUATEMALA: <i>Claudio Urrutia E.</i>	POUR LE GUATEMALA: <i>Claudio Urrutia E.</i>	PELA GUATEMALA: <i>Claudio Urrutia E.</i>
FOR HUNGARY: <i>L. Aujezsky.</i>	POUR LA HONGRIE: <i>L. Aujezsky.</i>	PELA HUNGRIA: <i>L. Aujezsky.</i>
FOR ICELAND: <i>Teresia Gudmundsson.</i>	POUR L'ISLANDE: <i>Teresia Gudmundsson.</i>	PELA ISLÂNDIA: <i>Teresia Gudmundsson.</i>
FOR INDIA: <i>S. K. Banerji.</i> <i>V. V. Sohoni.</i>	POUR L'INDE: <i>S. K. Banerji.</i> <i>V. V. Sohoni.</i>	PELA ÍNDIA: <i>S. K. Banerji.</i> <i>V. V. Sohoni.</i>
FOR ITALY: <i>Giuseppe Barba.</i>	POUR L'ITALIE: <i>Giuseppe Barba.</i>	PELA ITÁLIA: <i>Giuseppe Barba.</i>
FOR MEXICO: <i>F. Peña A.</i>	POUR LE MEXIQUE: <i>F. Peña A.</i>	PELO MÉXICO: <i>F. Peña A.</i>
FOR THE KINGDOM OF THE NETHERLANDS: <i>W. Bleeker.</i>	POUR LE ROYAUME DES PAYS-BAS: <i>W. Bleeker.</i>	PELO REINO DOS PAÍSES BAIXOS: <i>W. Bleeker.</i>
FOR NEW ZEALAND: <i>M. A. F. Barnett.</i>	POUR LA NOUVELLE-ZÉLANDE: <i>M. A. F. Barnett.</i>	PELA NOVA ZELÂNDIA: <i>M. A. F. Barnett.</i>
FOR NORWAY: <i>Th. Hesselberg.</i>	POUR LA NORVÈGE: <i>Th. Hesselberg.</i>	PELA NORUEGA: <i>Th. Hesselberg.</i>
FOR PAKISTAN: <i>M. O. A. Baig.</i>	POUR LE PAKISTAN: <i>M. O. A. Baig.</i>	PELO PAQUISTÃO: <i>M. O. A. Baig.</i>
FOR PARAGUAY: <i>T. Fariña Sanchez.</i>	POUR LE PARAGUAY: <i>T. Fariña Sanchez.</i>	PELO PARAGUAI: <i>T. Fariña Sanchez.</i>
FOR POLAND: <i>J. Winiewicz.</i>	POUR LA POLOGNE: <i>J. Winiewicz.</i>	PELA POLÓNIA: <i>J. Winiewicz.</i>
FOR PORTUGAL: <i>H. Amorim Ferreira.</i>	POUR LE PORTUGAL: <i>H. Amorim Ferreira.</i>	POR PORTUGAL: <i>H. Amorim Ferreira.</i>
FOR THE REPUBLIC OF THE PHILIPPINES: <i>C. del Rosario.</i>	POUR LA RÉPUBLIQUE DES PHILIPPINES: <i>C. del Rosario.</i>	PELA REPÚBLICA DAS FILIPINAS: <i>C. del Rosario.</i>
FOR SIAM: <i>Charoon V. Bunnag.</i>	POUR LE SIAM: <i>Charoon V. Bunnag.</i>	PELO SIÃO: <i>Charoon V. Bunnag.</i>
FOR SWEDEN: <i>Gustaf Slettenmark.</i>	POUR LA SUÈDE: <i>Gustaf Slettenmark.</i>	PELA SUÉCIA: <i>Gustaf Slettenmark.</i>
FOR TURKEY: <i>H. R. Baydur.</i>	POUR LA TURQUIE: <i>H. R. Baydur.</i>	PELA TURQUIA: <i>H. R. Baydur.</i>
FOR THE UNION OF SOUTH AFRICA: <i>H. T. Andrews.</i>	POUR L'UNION SUD-AFRICAINE: <i>H. T. Andrews.</i>	PELA UNIÃO DA ÁFRICA DO SUL: <i>H. T. Andrews.</i>
FOR THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND: <i>Nelson K. Johnson.</i> <i>R. C. Chilver.</i>	POUR LE ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE DU NORD: <i>Nelson K. Johnson.</i> <i>R. C. Chilver.</i>	PELO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE: <i>Nelson K. Johnson.</i> <i>R. C. Chilver.</i>

FOR THE UNITED STATES OF AMERICA:

F. W. Reichelderfer.

FOR URUGUAY:

Cap. de Fragata Américo Dentone.

FOR YUGOSLAVIA:

Milan Vemic.

POUR LES ETATS-UNIS D'AMÉRIQUE:

F. W. Reichelderfer.

POUR L'URUGUAY:

Cap. de Fragata Américo Dentone.

POUR LA YOUGOSLAVIE:

Milan Vemic.

PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA:

F. W. Reichelderfer.

PELO URUGUAI:

Cap. de Fragata Américo Dentone.

PELA JUGOSLÁVIA:

Milan Vemic.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Novembro de 1950.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Adolfo do Amaral Abranches Pinto* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Virissimo Cunha* — *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich* — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca.*

(D.R. n.º 234, I Série, de 16-11-1950)

GOVERNO DE MACAU

澳門政府

Decreto-Lei n.º 2/96/M

法令 第2/96/M號

de 8 de Janeiro

一月八日

O adequado aproveitamento urbanístico definido para a Rua da Ribeira do Patane aconselha a anexação ao terreno resultante da demolição do imóvel sito na referida rua com os n.ºs 88 e 88-A, e Largo do Pagode, n.º 5, da parcela de terreno contígua, com a área de 3 (três) metros quadrados, assinalada pela letra «B» na planta n.º 733/89, emitida pela Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro (DSCC) em 3 de Janeiro de 1995.

Considerando, todavia, que a parcela de terreno em causa integra, por natureza, o domínio público, torna-se necessário proceder à sua desafecção e subsequente integração no domínio privado do Território, como terreno vago, a fim de poder ser concedida nos termos legais.

Nestes termos;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Governador decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo único. É desafectada do domínio público, ao abrigo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, e integrada no domínio privado do Território, como terreno vago, a parcela de terreno com a área global de 3 (três) metros quadrados, assinalada pela letra «B» na planta n.º 733/89, emitida em 3 de Janeiro de 1995, pela Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro, anexa ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

Aprovado em 3 de Janeiro de 1996.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira.*

鑑於已為沙梨頭海邊街定出都市規劃，故在適當利用沙梨頭海邊街八十八號、八十八A號及土地廟前地五號地段時，必須將從拆毀有關樓宇而所騰出之土地與另一幅在地圖繪製暨地籍司於一九九五年一月三日發出之第733/89號地籍圖內，以字母“B”標明，面積為三平方米之相鄰地段合併。

鑑於上述地段之性質屬公產，有必要將該性質解除，且以無主土地撥歸為本地區私產，以便依法批出。

基於此；

經聽取諮詢會意見後；

總督根據《澳門組織章程》第十三條第一款之規定，命令制定在澳門地區具有法律效力之條文如下：

獨一條 根據七月五日第6/80/M號法律第四條之規定，解除總面積為三平方米地段之公產性質，且視作無主土地撥歸為本地區私產。該地段在地圖繪製暨地籍司於一九九五年一月三日發出之第733/89號地籍圖內以字母“B”標明，而該地籍圖附於本法規並成為其組成部分。

一九九六年一月三日核准

命令公佈

總督 韋奇立



Rua da Ribeira do Patane, N.ºs 88 e 88A
c/porta lateral N.º 5 p/Largo do Pagode
do Patane.

N.º	M (m)	P (m)
20044.1	1	19076.1
20053.5	1	19078.5
20053.7	1	19078.0
20053.3	1	19060.0
20059.1	1	19060.0
20064.3	1	19042.0
20051.4	1	19039.4

Área "A" = 423 m²

Área "B" = 3 m²

CONFIRMAÇÃO ACTUAL:

- Parcela A
Terreno descrito sob o (N.º 20477, B-44)
- N - Parcela B;
- S - Pátio lateral ao prédio N.º 88 da Rua da Ribeira do Patane;
- F - Prédio N.º 90 e 90A da Rua da Ribeira do Patane (N.º 7682, B-25A) e terreno situado na Rua da Ribeira do Patane (local - tardoz dos prédios N.º 90 a 98 da Rua da Ribeira do Patane) (N.º 6609, B-24);
- W - Largo do Pagode do Patane.
- Parcela B
Terreno a adquirir ao Território para efeitos de alinhamento
- N - Rua da Ribeira do Patane;
- S - Parcela A;
- F - Prédio N.º 90 e 90A da Rua da Ribeira do Patane (N.º 7682, B-25A);
- W - Largo do Pagode do Patane.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

地圖繪製暨地籍司

ESCALA 1:1000



A EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS É DE 1 METRO
Datum Vertical: NÍVEL MÉDIO DO MAR (MSL)

Decreto-Lei n.º 3/96/M**de 8 de Janeiro**

O adequado aproveitamento urbanístico definido para o Bairro do Arco Íris aconselha a anexação ao terreno a conceder à Obra Social da Polícia de Segurança Pública de Macau de uma parcela de terreno contígua, com a área de 165 m² (cento e sessenta e cinco metros quadrados), assinalada com a letra «B» na planta n.º 688/89, emitida, em 15 de Novembro de 1995, pela Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro e que constitui parte da antiga Estrada Marginal do Hipódromo.

Considerando, todavia, que a parcela de terreno em causa integra, por natureza, o domínio público, torna-se necessário proceder à sua desafecção e subsequente integração no domínio privado do Território, como terreno vago, a fim de poder ser concedida nos termos legais.

Nestes termos;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Governador decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo único. É desafectada do domínio público, ao abrigo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, e integrada no domínio privado do Território, como terreno vago, a parcela de terreno com a área global de 165 m² (cento e sessenta e cinco metros quadrados), assinalada com a letra «B» na planta n.º 688/89, emitida, em 15 de Novembro de 1995, pela Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro, anexa ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

Aprovado em 3 de Janeiro de 1996.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

法令 第3/96/M號**一月八日**

鑑於已為彩虹村定出都市規劃，故在適當利用位於該村之批給予澳門治安警察廳福利會之地段時，必須將之與另一幅位於舊馬場海邊馬路，且在地圖繪製暨地籍司於一九九五年十一月十五日發出之第688/89號地籍圖內，以字母“B”標明，面積為一百六十五平方米之相鄰地段合併。

鑑於上述地段之性質屬公產，有必要將該性質解除，且以無主土地撥歸為本地區私產，以便依法批出。

基於此；

經聽取諮詢會意見後；

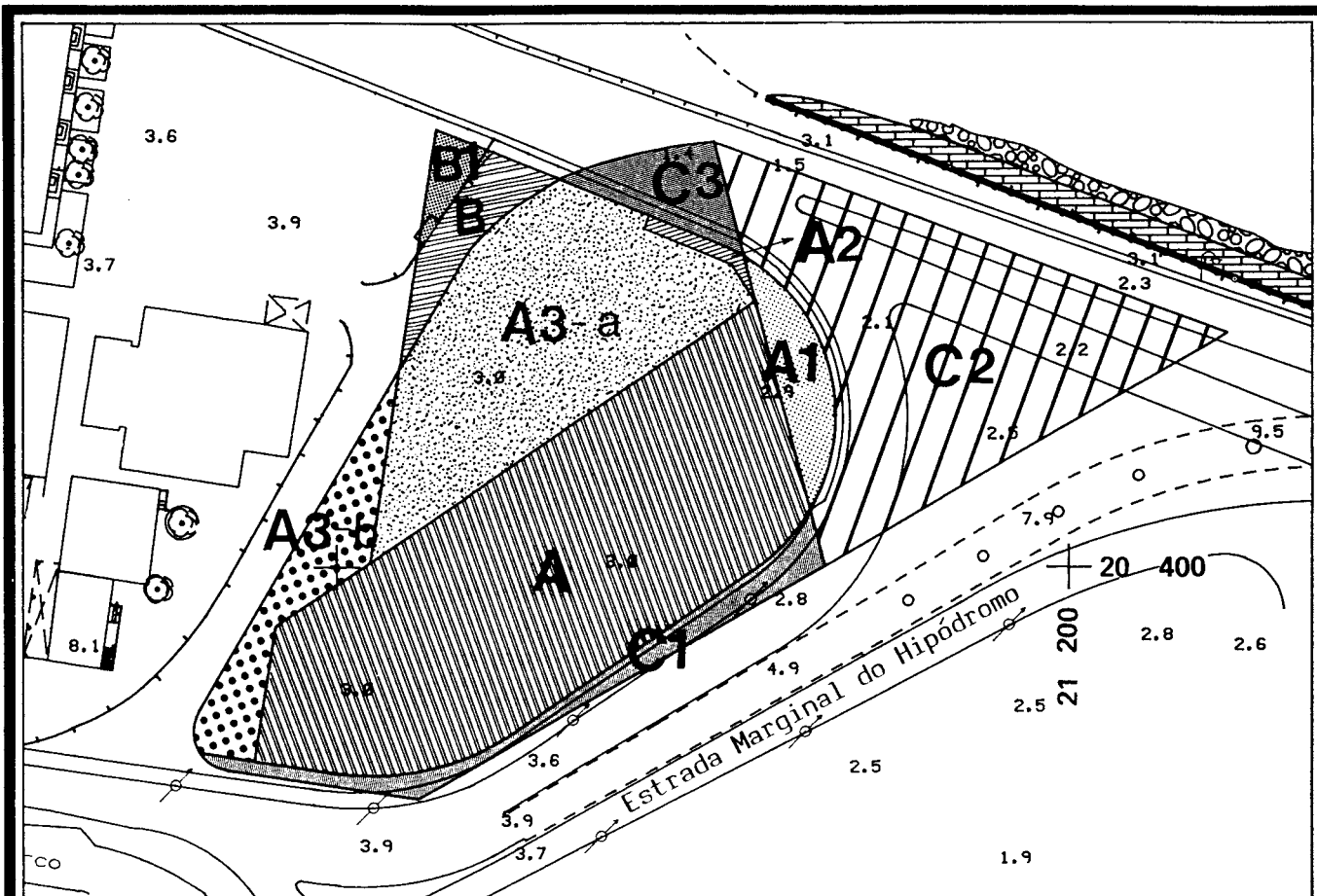
總督根據《澳門組織章程》第十三條第一款之規定，命令制定在澳門地區具有法律效力之條文如下：

獨一條 根據七月五日第6/80/M號法律第四條之規定，解除總面積為一百六十五平方米地段之公產性質，且視作無主土地撥歸為本地區私產。該地段在地圖繪製暨地籍司於一九九五年十一月十五日發出之第688/89號地籍圖內以字母“B”標明，而該地籍圖附於本法規並成為其組成部分。

一九九六年一月三日核准

命令公佈

總督 韋奇立



Bairro Arco Íris (Obra Social da PSP)

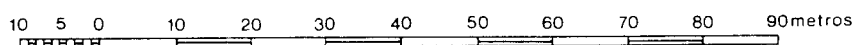
Estrada Marginal do Hipódromo

Área	" A "	=	2 314 m2
Área	" A1"	=	182 m2
Área	" A2"	=	33 m2
Área	"A3a"	=	1 241 m2
Área	"A3b"	=	331 m2
Área	" B "	=	165 m2
Área	" B1"	=	66 m2
Área	" C1"	=	250 m2
Área	" C2"	=	1 643 m2
Área	" C3"	=	183 m2

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

司 籍 地 暨 製 繪 圖 地

ESCALA 1:1000



A EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS É DE 1 METRO

Datum Vertical NÍVEL MÉDIO DO MAR (MSL)

Obs: -As parcelas "A+A1+A2" representam o lote a conceder à Obra Social da P.S.P.
 -As parcelas "C1+C2+C3" destinam-se a vias públicas.
 -As parcelas "A3a+B+B1" destinam-se a parque de estacionamento da Obra Social.

CONFRONTAÇÕES ACTUAIS:

-Parcela A

Terreno do Território a conceder à Obra Social da P.S.P..

N-W - Parcelas A3a a A3b;
 S - Parcela C1;
 E - Parcela A1;

-Parcela A1

Terreno do Território a conceder à Obra Social da P.S.P..

NE/SE - Parcela C2;
 SW - Parcelas A e A2;

-Parcela A2

Terreno do Território a conceder à Obra Social da P.S.P..

N - Parcela C3;
 S-W - Parcela A3a;
 E - Parcela A1;

-Parcela A3a

Terreno do Território destinado a parque de estacionamento da Obra Social da P.S.P..

N - Parcelas A2 e C3;
 S - Parcela A;
 E - Parcela A2;
 W - Parcelas A3b e B;

-Parcela A3b

Terreno do Território.

NE - Parcelas A e A3a;
 SE - Parcelas A e C1;
 SW - Terreno do Território (antiga Estrada Marginal do Hipódromo);

-Parcela B

Terreno do Território destinado a parque de estacionamento da Obra Social da P.S.P..

NE - Troço sem designação junto à Avenida Norte do Hipódromo
 SE - Parcela A3a;
 SW - Terreno do Território (antiga Estrada Marginal do Hipódromo);
 NW - Parcela B1;

-Parcela B1

Terreno do Território incluído na descrição (nº21311.B-48) a desanexar, destinado a parque de estacionamento da Obra Social da P.S.P..

N - Troço sem designação junto à Avenida Norte do Hipódromo;
 E - Parcela B;
 W - Terreno do Território descrito sob o (nº21311.B-48);

-Parcela C1

Terreno do Território destinado a integrar no domínio público (Troço sem designação entre a Praça das Portas do Cerco e a Avenida Norte do Hipódromo)

NE - Parcela C2;
 SE/SW - Praça das Portas do Cerco e troço sem designação entre a mesma Praça e a Avenida Norte do Hipódromo;
 NW - Parcelas A e A3b;

-Parcela C2

Terreno do Território incluído na descrição (nº21311.B-48) e destinado a integrar no domínio público (Troço sem designação entre a Avenida Norte do Hipódromo e a Praça das Portas do Cerco).

N - Troço sem designação junto à Avenida Norte do Hipódromo;
 SE - Troço sem designação entre a Praça das Portas do Cerco e a Avenida Norte do Hipódromo;
 SW - Parcelas A1, C1 e C3;

-Parcela C3

Terreno do Território destinado a integrar no domínio público (Troço sem designação junto à Avenida Norte do Hipódromo)

NE - Parcela C2;
 S - Parcelas A2 e A3a;
 NW - Troço sem designação junto à Avenida Norte do Hipódromo;

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

地 圖 繪 製 暨 地 籍 司

Decreto-Lei n.º 4/96/M

de 8 de Janeiro

Com a alteração legislativa operada pelo Decreto-Lei n.º 23/94/M, de 9 de Maio, deixou de estar atribuída ao Departamento de Administração Civil do Serviço de Administração e Função Pública a competência relativa aos processos de acreditação consular em Macau.

Por outro lado, o incremento do número de agentes diplomáticos e consulares acreditados em Macau, aconselha a que sejam adoptadas medidas destinadas a facilitar o eficaz desempenho da actividade diplomática e consular no Território.

Assim, mostra-se conveniente integrar um Núcleo de Apoio aos agentes diplomáticos e consulares acreditados em Macau no âmbito dos Serviços de Apoio Técnico-Administrativo aos Gabinetes do Governador e dos Secretários-Adjuntos (SATAG).

Considerando, ainda, as novas competências que são cometidas aos SATAG e o desajustamento já existente ao nível do seu quadro de pessoal, o qual é resultante das crescentes exigências e solicitações que têm vindo a ser feitas no âmbito das funções e responsabilidade que lhe estão atribuídas, procede-se também a alguns reajustamentos a esse nível.

Nestes termos;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Governador decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º Compete aos Serviços de Apoio Técnico-Administrativo aos Gabinetes do Governador e dos Secretários-Adjuntos (SATAG) efectuar o processo de acreditação consular em Macau, e executar todas as actividades resultantes da aplicação do Estatuto Diplomático.

Artigo 2.º O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 78/89/M, de 13 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 2.º

(Estrutura)

1.
2.
- a)
- b)
- c) O Núcleo de Apoio aos Agentes Diplomáticos e Consulares.
3.

Artigo 3.º — 1. O Núcleo de Apoio aos Agentes Diplomáticos e Consulares acreditados em Macau, abreviadamente designado por NAADC, tem, designadamente, as seguintes funções:

- a) Organizar e informar os processos de acreditação em Macau dos cônsules e demais agentes diplomáticos;
- b) Emitir os documentos de identificação dos agentes diplomáticos e consulares residentes ou acreditados em Macau, que beneficiem do estatuto diplomático;

法令 第4/96/M號

一月八日

隨着五月九日第23/94/M號法令所作之立法修改，與接受領事或領事人員駐澳門程序有關之權限不再賦予行政暨公職司民政廳。

此外，由於外交人員及領事人員數目之增加，有必要採取措施，以方便外交及領事活動在本地區有效執行。

因此，有必要在總督辦公室暨政務司辦公室技術行政輔助部門（葡文縮寫為SATAG）之範圍內設立駐澳門外交人員及領事人員輔助部。

同時，鑑於賦予總督辦公室暨政務司辦公室技術行政輔助部門之新權限，以及鑑於因在該部門之職能及責任範圍內一直不斷增加之需求及要求，而致使其人員編制已不符合現況，故亦應對之作出若干調整。

基於此；

經聽取諮詢會意見後；

總督根據《澳門組織章程》第十三條第一款之規定，命令制定在澳門地區具有法律效力之條文如下：

第一條 總督辦公室暨政務司辦公室技術行政輔助部門（葡文縮寫為SATAG），有權執行接受領事或領事人員駐澳門之程序，以及執行因適用《外交人員通則》而產生之一切活動。

第二條 十一月十三日第78/89/M號法令第二條之內容修改如下：

第二條

(結構)

- 一、.....。
- 二、.....。
- a)
- b)
- c) 駐澳門外交人員及領事人員輔助部。
- 三、.....。

第三條 一、駐澳門外交人員及領事人員輔助部（葡文縮寫為NAADC）之職能尤其為：

- a) 組織關於接受領事及其他外交人員駐澳門之程序，並就該等程序作報告；
- b) 向享有外交人員地位之住或駐澳門之外交人員及領事人員發出身分證明文件；

c) Promover a execução das normas e disposições em que se consubstancia o estatuto diplomático, facultando aos agentes diplomáticos e consulares residentes ou acreditados em Macau os privilégios, imunidades, isenções e as franquias a que têm direito;

d) Elaborar a lista do corpo consular acreditado em Macau, assim como de outras entidades que beneficiem do estatuto diplomático;

e) Executar as demais tarefas e prosseguir outras actividades que lhe forem cometidas no âmbito das relações internacionais.

2. O modelo do documento de identificação a que se refere a alínea b) do número anterior é aprovado por portaria do Governador.

Artigo 4.º O quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico-Administrativo aos Gabinetes do Governador e dos Secretários-Adjuntos constante do mapa anexo à Portaria n.º 41/90/M, de 19 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 19/95/M, de 24 de Abril, é substituído pelo mapa anexo ao presente diploma.

Aprovado em 3 de Janeiro de 1996.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

c) 促進規範外交人員地位之規定之執行，並給予住或駐澳門之外交人員及領事人員有權享受之特權、豁免權、免除及免稅額；

d) 編造駐澳門領事團之表以及享有外交人員地位之其他實體之表；

e) 執行其他特定工作及貫徹在國際關係範圍內獲賦予之工作。

二、上款 b 項所指之身分證明文件式樣係由總督以訓令核准。

第四條 經四月二十四日第19/95/M號法令修改而附於二月十九日第41/90/M號訓令之總督辦公室暨政務司辦公室技術行政輔助部門之人員編制，由附於本法規之表代替。

一九九六年一月三日核准

命令公佈

總督 韋奇立

MAPA ANEXO
附表

Quadro de pessoal dos SATAG
總督辦公室暨政務司辦公室技術行政輔助部門人員編制

Grupo de pessoal 人員組別	Nível 級別	Cargos e carreiras 官職及職程	Lugares 職位數目
Chefia 主管	—	Chefe de divisão 處長	1
		Chefe de sector 組長	3
		Chefe de secretaria (a) 辦事處主任	1
		Chefe de secção 科長	2
Técnico superior 高級技術	9	Técnico superior 高級技術員	2
Pessoal de informática 資訊人員	9	Técnico superior de informática 高級資訊技術員	1
	8	Técnico de informática 資訊技術員	1
Técnico 技術	8	Técnico 技術員	2
Interpretação e tradução 翻譯	—	Intérprete-tradutor 翻譯員	3
		Letrado 文案	1
Técnico-profissional 專業技術	7	Adjunto-técnico 技術輔導員 Assistente de relações públicas 公關督導員	5 3
	5	Técnico auxiliar 助理技術員	3
Administrativo 行政	5	Oficial administrativo 行政文員	25
Operário e auxiliar (a) 工人及助理員	3	Auxiliar qualificado 熟練助理員	5
	2	Operário 工人	1
	1	Auxiliar 助理員	7

(a) Lugares a extinguir quando vagarem. 於出缺時予以消滅之職位

Portaria n.º 3/96/M**de 8 de Janeiro**

Tendo em atenção o pedido formulado pela Companhia de Seguros Luen Fung Hang, S.A.R.L., para a exploração de novos ramos de seguro;

Considerando o parecer favorável da Autoridade Monetária e Cambial de Macau;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 6/89/M, de 20 de Fevereiro, e nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do Estatuto Orgânico de Macau, e da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 84/91/M, de 20 de Maio, com a redacção dada pelo artigo 1.º da Portaria n.º 93/94/M, de 28 de Março, o Secretário-Adjunto para a Economia e Finanças determina:

Artigo 1.º É autorizada a Companhia de Seguros Luen Fung Hang, S. A.R.L., a explorar os ramos gerais de seguro «Marítimo-cascos» e «Responsabilidade civil de embarcações» em aditamento aos ramos já autorizados pelas Portarias n.ºs 189/82/M, de 27 de Novembro, 85/84/M, de 19 de Maio, 152/89/M, de 28 de Agosto, 162/90/M, de 27 de Agosto, e 291/95/M, de 13 de Novembro.

Artigo 2.º As condições gerais e especiais de exploração dos ramos de seguro referidos no artigo anterior são aprovadas pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Governo de Macau, aos 7 de Dezembro de 1995.

Publique-se.

O Secretário-Adjunto para a Economia e Finanças, *Vítor Rodrigues Pessoa*.

Portaria n.º 4/96/M**de 8 de Janeiro**

Considerando a necessidade de aprovar os modelos de cartões de identificação destinados aos agentes diplomáticos e consulares residentes ou acreditados em Macau, que beneficiem do estatuto diplomático;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 4/96/M, de 8 de Janeiro;

Artigo 1.º São aprovados os modelos, anexos a esta portaria, dos cartões de identificação para uso exclusivo dos agentes diplomáticos e consulares residentes ou acreditados em Macau, a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 4/96/M, de 8 de Janeiro.

Artigo 2.º Os cartões constituem modelo exclusivo da Imprensa Oficial de Macau, sendo impressos em papel branco com os dizeres «Governo de Macau» em rede nas duas faces e com o formato de 70 x 105 mm.

Artigo 3.º Os cartões só são válidos se estiverem assinados pelo chefe do Gabinete do Governador, ou pelo seu substituto legal, e autenticados com o selo branco do Governo de Macau aposto sobre a assinatura e sobre um dos cantos inferiores da fotografia do titular do cartão.

Artigo 4.º O titular do cartão é obrigado a devolvê-lo, logo que cesse a respectiva acreditação em Macau.

Governo de Macau, aos 3 de Janeiro de 1996.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

訓令 第3/96/M號**一月八日**

鑑於聯豐亨保險有限公司請求經營新保險項目；

又鑑於澳門貨幣暨匯兌監理署之贊同意見；

經濟暨財政政務司根據二月二十日第6/89/M號法令第三條第一款，《澳門組織章程》第十七條第四款及經三月二十八日第93/94/M號訓令第一條修改之五月二十日第84/91/M號訓令第二條第二款a項之規定，命令：

第一條 許可聯豐亨保險有限公司經營“海運—船體”及“船舶民事責任”保險之一般項目，並將該等項目附加入十一月二十七日第189/82/M號訓令、五月十九日第85/84/M號訓令、八月二十八日第152/89/M號訓令、八月二十七日第162/90/M號訓令及十一月十三日第291/95/M號訓令所許可之項目。

第二條 經營上條所指保險項目之一般及特別條件由澳門貨幣暨匯兌監理署核准。

一九九五年十二月七日於澳門政府

命令公布。

經濟暨財政政務司

貝錫安

訓令 第4/96/M號**一月八日**

鑑於有需要通過享有外交地位，居留或派駐澳門的外交人員及領事人員身份證的式樣；

按照一月八日第4/96/M號法令第三條第二款規定。

第一條——通過附於本訓令及一月八日第4/96/M號法令第三條第二款所指的居留或派駐澳門外交人員及領事人員專用身份證的式樣。

第二條——該等身份證為澳門政府印刷署專有式樣，以白紙印刷，兩面以網狀方式印上“Governo de Macau”（澳門政府）字樣，闊度為七十乘一〇五毫米。

第三條——該等身份證須經總督辦公室主任或其法定代任人簽署，並於簽名上及持證人照片其中一下角蓋上澳門政府鋼印予以認證，方為有效。

第四條——持證人在澳門的任命一經終止，須退還該證。

一九九六年一月三日於澳門政府

命令公佈

總督 韋奇立

(Frente)
(正面)(Verso)
(背面)

Verde 綠色
Encarnado 紅色


Governo de Macau
澳門政府

**BILHETE DE IDENTIDADE
CONSULAR**
領事人員身份證

N.º
編號

NOME
姓名

CATEGORIA
職級

ASSINATURA
簽名

Ao titular do presente bilhete de identidade deverão ser
應給予本身份證持有人為執
concedidas todas as facilidades, privilégios e imunidades
行職務所需的方便、特權及
correspondentes ao exercício das suas funções.
豁免。

Macau, de de 199
一九九 年 月 日於澳門

O CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR,
總督辦公室主任

(Frente)
(正面)(Verso)
(背面)

Verde 綠色
Encarnado 紅色


Governo de Macau
澳門政府

**BILHETE DE IDENTIDADE
DIPLOMÁTICO**
外交人員身份證

N.º
編號

NOME
姓名

CATEGORIA
職級

ASSINATURA
簽名

Ao titular do presente bilhete de identidade deverão ser
應給予本身份證持有人為執
concedidas todas as facilidades, privilégios e imunidades
行職務所需的方便、特權及
correspondentes ao exercício das suas funções.
豁免。

Macau, de de 199
一九九 年 月 日於澳門

O CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR,
總督辦公室主任

Portaria n.º 5/96/M

de 8 de Janeiro

Tendo sido submetido à aprovação do Governador, nos termos
dos n.ºs 2 e 3 do artigo 47.º da Lei n.º 24/88/M, de 3 de Outubro, e
do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 11/93/M, de 27 de Dezembro, o
2.º orçamento suplementar da Câmara Municipal das Ilhas para
o ano económico de 1995;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelas alíneas b) e e) do n.º 1 do
artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador man-
da:

Artigo único. É aprovado o 2.º orçamento suplementar da
Câmara Municipal das Ilhas, relativo ao ano económico de 1995,
no montante de 33 037 056,00 (trinta e três milhões, trinta e sete
mil e cinquenta e seis) patacas, que faz parte integrante da pre-
sente portaria e baixa assinado pelos membros da respectiva Câ-
mara Municipal.

Governo de Macau, aos 3 de Janeiro de 1996.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

訓令 第5/96/M號

一月八日

鑑於海島市市政廳一九九五經濟年度第二追加預算，
已根據十月三日第24/88/M號法律第四十七條第二及第三款
以及十二月二十七日第11/93/M號法律第二十一條第三款之
規定呈交總督核准；

經聽取諮詢會意見後；

總督行使《澳門組織章程》第十六條第一款b及e項
所賦予之權能，下令：

獨一條 核准由海島市市政執行委員會成員簽署之海島
市市政廳一九九五經濟年度第二追加預算，金
額為澳門幣33,037,056.00（三千三百零三萬七
千零五十六元），該預算成為本訓令之組成部
分。

一九九六年一月三日於澳門政府

命令公佈

總督 韋奇立

2.º orçamento suplementar do ano de 1995

一九九五年度第二追加預算

Código 編號	Designação 名稱	Receitas 收入	Despesas 開支
		Aumento 增加	Reforço 追加
	TABELA DE RECEITA 收入表		
	Receitas Correntes 經常性收入		
05-00-00-00	Transferências 轉移		
05-01-00-00	Sector Público 公營部門		
05-01-01-04	Comparticipação relativa ao excesso de cobrança proveniente das receitas dos impostos directos 1994 一九九四年直接稅超收部份之共同分 享	32,937,056.00	
08-00-00	Outras Receitas Correntes 其他經常性收入		
08-00-04	Contribuição para os encargos de assistência médica 醫療負擔之供款	100,000.00	
	TABELA DE DESPESA 開支表		
	Despesas Correntes 經常性開支		
05-00-00-00	Outras Despesas Correntes 其他經常性開支		
05-04-00-00	Diversos 雜項		
05-04-00-00-03	Dotação provisional 備用金撥款		33,037,056.00
	TOTAL 總計	\$ 33,037,056.00	\$ 33,037,056.00

Câmara Municipal das Ilhas, Taipa, aos 13 de Novembro de 1995. — O Presidente, *Raul Leandro dos Santos*. — O Vice-Presidente, *Lo Heng Io*. — O Vereador, a tempo inteiro, *Eduardo Francisco Tavares*. — Os Vereadores, a tempo parcial, *Sam Iok Ha* — *Yuen Tze Wing*.

海島市市政執行委員會一九九五年十一月十三日於氹

仔

主席 李安道

副主席：羅慶堯

全職市政委員 鄧華禮

非全職市政委員 岑玉霞

阮子榮

Portaria n.º 6/96/M

訓令 第6/96/M號

de 8 de Janeiro

一月八日

Tendo sido submetido à aprovação do Governador, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 53/93/M, de 27 de Setembro, o 2.º orçamento suplementar do Fundo de Cultura, para o ano económico de 1995;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelas alíneas b) e e) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador manda:

Artigo único. É aprovado o 2.º orçamento suplementar do Fundo de Cultura, relativo ao ano económico de 1995, no montante de 1 700 000,00 (um milhão e setecentas mil) patacas, que faz parte integrante da presente portaria e baixa assinado pelo respectivo Conselho Administrativo.

Governo de Macau, aos 3 de Janeiro de 1996.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

鑑於文化基金一九九五經濟年度第二追加預算，已根據九月二十七日第53/93/M號法令第十七條之規定呈交總督核准；

經聽取諮詢會意見後；

總督行使《澳門組織章程》第十六條第一款 b 及 e 項所賦予之權能，下令：

獨一條 核准由文化基金行政委員會簽署之文化基金一九九五經濟年度第二追加預算，金額為澳門幣 1,700,000.00（一百七十萬元），該預算成為本訓令之組成部分。

一九九六年一月三日於澳門政府

命令公佈

總督 韋奇立

2.º orçamento suplementar
do orçamento privativo do Fundo de Cultura para o ano económico de 1995

文化基金一九九五經濟年度本身預算之第二追加預算

Valores em MOP
金額(澳門幣)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA 經濟分類	DESIGNAÇÃO 名稱	MONTANTE 金額
RECEITAS CORRENTES 經常性收入		
05-00-00-00	Transferências 轉移	
05-01-01-00	Subsidio do Governo do Território 本地區政府津貼	500,000.00
05-01-02-00	Fundos autónomos — Fundo de Turismo de Macau 自治基金組織 — 澳門旅遊基金	1,200,000.00
	TOTAL 總計	1,700,000.00
DESPESAS CORRENTES 經常性開支		
02-00-00-00	Bens e Serviços 資產及勞務	
02-03-09-00-11	Festival Internacional de Música 國際音樂節	1,200,000.00
04-00-00-00	Transferências Correntes 經常性轉移	
04-02-00-00-01	Subsidios para apoio a actividades culturais 贊助文化活動之津貼	500,000.00
	TOTAL 總計	1,700,000.00

O Conselho Administrativo do Fundo de Cultura. — O Presidente do Instituto, substituto, *Isaú Santos*. — Os restantes membros, *Glória Baldino* — *Albertino Rosa* — *Henriqueta Corujo*.

文化基金行政委員會 文化司署代司長 辛耀華

其他成員 馬婷玉 羅天樂 顧馨

GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO PARA A ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Despacho n.º 1/SAAEJ/96

O sistema de avaliação dos alunos do ensino básico, aprovado pelo Despacho n.º 13/SAAEJ/93, de 30 de Junho, e alterado pelo Despacho n.º 4/SAAEJ/95, de 6 de Fevereiro, prevê a realização de provas escritas globais no 9.º ano e na disciplina de Ciências Naturais do 8.º ano, pelo que torna-se necessário definir as condições específicas de realização das provas globais, bem como a escala a utilizar na sua classificação.

Sob proposta da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude;

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 11/91/M, de 29 de Agosto, e nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do Estatuto Orgânico de Macau, e da alínea e) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 88/91/M, de 20 de Maio, determino o seguinte:

1. É aprovado o regulamento das provas globais do 3.º ciclo do ensino básico, publicado em anexo ao presente despacho que dele faz parte integrante.

2. A classificação das provas globais é expressa numa escala de um a cinco.

3. A classificação final referida na fórmula prevista no n.º 33-D do Despacho n.º 13/SAAEJ/93, de 30 de Junho, com o aditamento introduzido pelo Despacho n.º 4/SAAEJ/95, de 6 de Fevereiro, é arredondada para o número inteiro mais próximo.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude, em Macau, aos 3 de Janeiro de 1996. — O Secretário-Adjunto, *Jorge A. H. Rangel*.

REGULAMENTO DAS PROVAS GLOBAIS DO 3.º CICLO

Definição

1. A prova global é um instrumento de avaliação sumativa de carácter globalizante e incide sobre os programas de cada disciplina do 3.º ciclo do ensino básico.

Objecto

2. A prova global tem como referência o plano curricular do 3.º ciclo do ensino básico, incidindo fundamentalmente sobre o programa do ano curricular em que é realizada. Compete ao conselho de grupo e de disciplina seleccionar os conteúdos a incluir na prova.

Finalidades

3. Constituem finalidades da respectiva prova:

a) Contribuir para uma maior equidade na avaliação das aprendizagens;

b) Creditar, a nível de escola, o trabalho desenvolvido pelo aluno ao longo do ciclo;

c) Fornecer informação que permita ao conselho de grupo e de disciplina proceder ao aperfeiçoamento permanente da planificação pedagógica.

Modalidades

4. A prova global assume a forma escrita, podendo concretizar-se segundo diferentes modalidades, nomeadamente teste escrito, trabalho experimental realizado e respectivo relatório, memória descritiva do trabalho realizado, de acordo com as características próprias da disciplina.

Elaboração da prova global

5. A responsabilidade pelo planeamento necessário à realização das provas globais é da competência do director da escola, em colaboração com o conselho pedagógico e estruturas de apoio e orientação educativa da escola.

6. Compete ainda ao director da escola, em articulação com uma secção criada para o efeito do conselho pedagógico:

a) Estabelecer o calendário das provas globais;

b) Assegurar o processo de realização e correcção das provas globais;

c) Elaborar as instruções necessárias à sua realização.

7. Ao conselho pedagógico da escola compete definir os critérios gerais de elaboração e correcção das provas globais, por proposta do conselho de grupo e de disciplina.

8. Ao conselho de grupo e de disciplina, convocado para o efeito, compete propor ao conselho pedagógico:

a) A modalidade da prova;

b) A matriz da prova global adaptada à modalidade da mesma;

c) A duração da prova global.

9. Compete ainda ao conselho de grupo e de disciplina escolher os autores da elaboração da prova, qualquer que seja a modalidade escolhida.

10. Ao delegado ou ao representante de grupo ou de disciplina compete:

a) Assegurar o cumprimento das orientações transmitidas pelo conselho pedagógico;

b) Conduzir o processo inerente ao cumprimento do disposto no n.º 14 do Despacho n.º 13/SAAEJ/93, de 30 de Junho.

11. É da competência do director de turma informar os encarregados de educação sobre todo o processo de avaliação, com especial incidência relativamente às orientações do conselho pedagógico sobre a prova global.

12. A cada professor compete fornecer aos seus alunos a matriz da prova global, com a antecedência mínima de 15 dias, bem como informá-los sobre todo o processo de avaliação na respectiva disciplina com especial referência às orientações do conselho pedagógico no respeitante à prova global.

Realização da prova global

13. A referida prova é concebida e aplicada ao nível de estabelecimento de ensino.

14. As provas globais devem ocorrer a partir de 30 de Maio, não podendo terminar depois do dia 18 de Junho nas escolas com 12.º ano de escolaridade.

Correcção da prova global

15. A prova global é corrigida, em regime de anonimato, por professores designados pelo director da escola, sob proposta do respectivo conselho de grupo e de disciplina.

16. Realizada a correcção, procede-se à identificação e à entrega das provas ao professor titular da turma.

17. A prova global é obrigatoriamente entregue aos alunos, em horário lectivo, pelo professor titular da turma, que nesse momento deve proceder ao necessário esclarecimento sobre os fundamentos da correcção.

Situações especiais

18. Os alunos que, por facto imputável ao estabelecimento de ensino, não realizem a prova global em alguma disciplina, são classificados pelo resultado obtido na avaliação da frequência no final do 3.º período, se entretanto não houver lugar a nova marcação da prova.

19. Sempre que o aluno não compareça a qualquer prova global, deve apresentar, no prazo de dois dias úteis a contar da data da realização da prova, a respectiva justificação ao director da escola do estabelecimento de ensino.

20. No caso de ser aceite a justificação, o director da escola, em articulação com o delegado de grupo e de disciplina, pondera a situação, competindo-lhe decidir:

a) Pela marcação excepcional de uma nova prova, para o que tomará as providências necessárias;

b) Pelo resultado da avaliação da frequência no final do 3.º período.

21. A não justificação da falta no prazo fixado no n.º 19 ou a injustificação da falta pelo director do estabelecimento de ensino determina a atribuição um (1) à classificação da prova global, salvo se o percurso do aluno aconselhar diferente procedimento. Neste caso, ouvido o conselho de turma, o director do estabelecimento de ensino pôde decidir pela classificação obtida na frequência no final do 3.º período.

Despacho n.º 2/SAAEJ/96

O 3.º ciclo do ensino básico recorrente aprovado pelo Despacho n.º 16/SAAEJ/94, de 15 de Junho, veio substituir planos curriculares diferenciados pelo que se torna necessário definir um quadro de equivalências escolares entre aquele ciclo e os diversos planos de estudos, designadamente dos cursos gerais nocturnos, do curso geral unificado, e do 3.º ciclo do ensino básico diurno.

Nestes termos;

Sob proposta da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude;

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 11/91/M, de 29 de Agosto, e nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do Estatuto Orgânico de Macau, e da alínea e) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 88/91/M, de 20 de Maio, determino o seguinte:

1. O presente despacho define o regime de equivalências às disciplinas e áreas disciplinares do 3.º ciclo do ensino básico recorrente aprovado pelo Despacho n.º 16/SAAEJ/94, de 15 de Junho.

2. As equivalências são concedidas de acordo com a correspondência estabelecida nas tabelas constantes do anexo I do presente despacho e que dele faz parte integrante.

3. Os alunos oriundos de cursos que funcionam em regime de classe podem utilizar, para efeitos de aplicação das tabelas do anexo I, as disciplinas em que obtiveram nível 3 ou superior, ainda que não tenham reunido as condições globais exigidas para aprovação no ano em que essas disciplinas se situam.

4. As equivalências são requeridas em impresso de acordo com o modelo constante do anexo II, acompanhado de certidão autenticada de habilitações de que consta a classificação obtida em cada disciplina.

5. As equivalências são concedidas pelo órgão de direcção e gestão do estabelecimento de ensino que o aluno pretenda frequentar.

6. O despacho da concessão das equivalências deve ser exarado em impresso, segundo modelo constante do anexo III.

7. A classificação final de qualquer disciplina ou área disciplinar é sempre expressa pela média aritmética, arredondada às unidades, das classificações obtidas nas unidades efectivamente frequentadas e concluídas com aprovação, excepto na situação referida no número seguinte.

8. A classificação final de qualquer disciplina ou área disciplinar em que o aluno obtenha equivalência à totalidade das unidades que a constituem é a correspondente à classificação final da disciplina que fundamentou a equivalência, aplicando-se, se necessário, a tabela constante do anexo IV.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude, em Macau, aos 3 de Janeiro de 1996. — O Secretário-Adjunto, *Jorge A. H. Rangel*.

ANEXO I**A. - PORTUGUÊS****1. - CURSOS GERAIS NOCTURNOS
(LICEAL E TÉCNICOS)**

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N.º 16/SAAEJ/94 UNIDADES
PORTUGUÊS	1.ª	1, 2, 3
	2.ª	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
	3.ª	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

2. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N.º 16/SAAEJ/94 UNIDADES
PORTUGUÊS	7.ª	1, 2, 3
	8.ª	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
	9.ª	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

3. - 3^o CICLO DO ENSINO BÁSICO
(DESPACHO N^o 12/SAAEJ/93)

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
LÍNGUA PORTUGUESA	7 ^a 8 ^a 9 ^a	1, 2, 3, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

B - MATEMÁTICA

1. - CURSOS GERAIS NOCTURNOS
(LICEAL E TÉCNICOS)

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
MATEMÁTICA	1 ^a 2 ^a 3 ^a	1, 2, 3, 4, 7 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

2. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
MATEMÁTICA	7 ^a 8 ^a 9 ^a	1, 2, 3, 4, 7 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

3. - 3^o CICLO DO ENSINO BÁSICO
(DESPACHO N^o 12/SAAEJ/93)

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
MATEMÁTICA	7 ^a 8 ^a 9 ^a	1, 2, 3, 9 1, 2, 3, 4, 6, 9 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

C - INGLÊS

1. - CURSOS GERAIS NOCTURNOS
(LICEAL E TÉCNICOS)

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
INGLÊS	1 ^a 2 ^a 3 ^a	1, 2, 3, 5 1, 2, 3, 5, 6, 7 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

2. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
INGLÊS	L.E. I	1, 2, 3, 5
	L.E. II	1, 2, 3, 5
	L.E. I	1, 2, 3, 5, 6, 7
	L.E. II	1, 2, 3, 5, 6
	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10
	L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

D. - ALEMÃO

1. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
ALEMÃO	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
	L.E. II	1, 2, 3, 4
	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11
	L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15
	L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

2. - 3^o CICLO DO ENSINO BÁSICO
(DESPACHO N^o 12/SAAEJ/93)

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
ALEMÃO	7 ^a L.E. II	1, 2, 3
	8 ^a L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
	9 ^a L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

E. - FRANCÊS

1. - CURSOS GERAIS NOCTURNOS
(LICEAL E TÉCNICOS)
E CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
FRANCÊS	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5
	1 ^a /7 ^a L.E. II	1, 2, 3, 4, 5
	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
	2 ^a /8 ^a L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
	3 ^a /9 ^a L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

2. - 3^o CICLO DO ENSINO BÁSICO
(DESPACHO N^o 12/SAAEJ/93)

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N ^o 16/SAAEJ/94 UNIDADES
FRANCÊS	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5
	1 ^a /7 ^a L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
	2 ^a /8 ^a L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
	L.E. I	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
	3 ^a /9 ^a L.E. II	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

F. - CIÊNCIAS DO AMBIENTE**1. - CURSO GERAL LICEAL NOCTURNO**

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES
CIÊNCIAS DO AMBIENTE	1 ^a	2, 6, 8, 10
CIÊNCIAS DO AMBIENTE + FÍSICA E QUÍMICA	1 ^a	1, 2, 4, 6, 8, 10
FÍSICA E QUÍMICA	2 ^a	12

2. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES
CIÊNCIAS DA NATUREZA	7 ^a	2
GEOGRAFIA	7 ^a	3, 8
BIOLOGIA	8 ^a	2, 10
CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS	8 ^a	1
BIOLOGIA + GEOGRAFIA	8 ^a	2, 3, 8, 9, 10
BIOLOGIA + CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS	8 ^a	1, 2, 4, 10
BIOLOGIA	9 ^a	2, 5, 10
CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS	9 ^a	1, 12
BIOLOGIA + CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS	9 ^a	1, 2, 5, 7, 10, 12

**3. - 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
(DESPACHO Nº 12/SAAEJ/93)**

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES
CIÊNCIAS NATURAIS	7 ^a	2, 3, 10
CIÊNCIAS NATURAIS (7 ^a) + CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS (8 ^a)	7 ^a + 8 ^a	2, 3, 4, 10
CIÊNCIAS NATURAIS	8 ^a	2, 3, 5, 10, 11
CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS	8 ^a	1
CIÊNCIAS NATURAIS (8 ^a) + CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS (9 ^a)	8 ^a + 9 ^a	1, 2, 3, 4, 5, 7, 10, 11
CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS	9 ^a	1, 12

G - CIÊNCIAS SOCIAIS E FORMAÇÃO CÍVICA**1. - CURSO GERAL LICEAL NOCTURNO**

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES - GEOGRAFIA
CIÊNCIAS DO AMBIENTE	1 ^a	—
	2 ^a	1, 2, 3, 4

2. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES - GEOGRAFIA
GEOGRAFIA	7 ^a	—
	8 ^a	1, 2
	9 ^a	1, 2, 3, 4

**3. - 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
(DESPACHO Nº 12/SAAEJ/93)**

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES - GEOGRAFIA
GEOGRAFIA	7 ^a	—
	9 ^a	1, 5

**4. - CURSOS GERAIS NOCTURNOS
(LICEAL E TÉCNICOS)**

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES - HISTÓRIA
HISTÓRIA	1 ^a	—
	2 ^a	1, 2, 3
	3 ^a	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

5. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES - HISTÓRIA
HISTÓRIA	7 ^a	—
	8 ^a	1, 2, 3
	9 ^a	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

**6. - 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
(DESPACHO Nº 12/SAAEJ/93)**

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES - HISTÓRIA
HISTÓRIA	7 ^a	—
	8 ^a	1, 2, 3
	9 ^a	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

H - ELECTRICIDADE E ELECTRÓNICA**1. - CURSO GERAL NOCTURNO DE ELECTRICIDADE**

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES
ELECTRICIDADE	1 ^a	8
	2 ^a	8, 9
	3 ^a	8, 9
TECNOLOGIA ELÉCTRICA	2 ^a	—
	3 ^a	6
DESENHO DE CONSTRUÇÕES MECÂNICAS	1 ^a	5
DESENHO ESQUEMÁTICO	2 ^a	7
LABORATÓRIO DE ELECTRICIDADE	3 ^a	10, 11

2. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES
ELECTROTECNIA	9 ^a	6, 7, 8, 9, 10, 11

I. - METALOMECÂNICA**1. - CURSO GERAL NOCTURNO DE MECÂNICA**

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO Nº 16/SAAEJ/94 UNIDADES
TECNOLOGIA MECÂNICA	1 ^a	4, 8
	2 ^a	4, 8, 9
	3 ^a	4, 8, 9, 11
DESENHO DE CONSTRUÇÕES MECÂNICAS	1 ^a	5, 6
	3 ^a	5, 6, 7
MECÂNICA	2 ^a	10
TÉCNICA	3 ^a	10

2. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N° 16/SAAEJ/94 UNIDADES
MECANOTECNIA	9ª	4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

J - CONSTRUÇÃO CIVIL

1. - CURSO GERAL NOCTURNO DE CONSTRUÇÃO CIVIL

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N° 16/SAAEJ/94 UNIDADES
DESENHO TÉCNICO	1ª	5
	2ª	5, 6
	3ª	5, 6
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2ª	—
	3ª	9
ESTÁTICA APLICADA	3ª	8

2. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N° 16/SAAEJ/94 UNIDADES
CONSTRUÇÃO CIVIL	9ª	7, 8, 9
DESENHO	9ª	5, 6

L - ADMINISTRAÇÃO,
SERVIÇOS E COMÉRCIO

1. - CURSO GERAL LICEAL NOCTURNO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N° 16/SAAEJ/94 UNIDADES
INTRODUÇÃO A ECONOMIA	3ª	1, 2

2. - CURSO GERAL NOCTURNO
DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N° 16/SAAEJ/94 UNIDADES
INTRODUÇÃO A	1ª	—
ACTIVIDADE	2ª	1, 2
ECONÓMICA	3ª	1, 2
CONTABILIDADE	2ª	10, 11
	3ª	10, 11

3. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N° 16/SAAEJ/94 UNIDADES
T. OFICINAIS/ PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS	8ª	7
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS	9ª	7
INTRODUÇÃO A CONTABILIDADE	9ª	10, 11
INTRODUÇÃO A ACTIVIDADE ECONÓMICA	9ª	1, 2

M. - ARTES VISUAIS

1. - CURSO GERAL LICEAL NOCTURNO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N° 16/SAAEJ/94 UNIDADES
EDUCAÇÃO VISUAL	1ª	2, 3, 5
	2ª	2, 3, 5, 6, 7
DESENHO	3ª	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

2. - CURSO GERAL UNIFICADO

DISCIPLINA	ANOS	DESPACHO N° 16/SAAEJ/94 UNIDADES
EDUCAÇÃO VISUAL	7ª	2, 3, 5
	8ª	2, 3, 5, 6, 7
DESENHO	9ª	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
ARTE/DESIGN	9ª	2, 3, 5, 6, 7, 9

ANEXO II

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**ESCOLA** _____**ENSINO RECORRENTE****PEDIDO DE EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS****3º Ciclo do ensino básico recorrente**

Nome _____

Filho de _____

e de _____

Naturalidade: Freguesia _____ Concelho _____

Distrito _____

Data de nascimento ____ de ____ de 19 ____

Residência _____

Portador do BI/BIR nº _____ emitido em _____ em ____/____/____

Habilitações (a comprovar com documento(s) devidamente autenticado(s))

Indicar as disciplinas a que obteve aproveitamento e para as quais requer equivalência

POSSUI			PRETENDE EQUIVALÊNCIA	
Curso	Disciplinas	Classificação	Disciplinas	Unidade(s)

_____/_____/199____

O Requerente

ANEXO III

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**ESCOLA** _____**ENSINO RECORRENTE**

De acordo com o Despacho _____ e tendo em conta os documentos
apresentados, certifica-se que (1) _____

filho de _____

e de _____

Portador do BI/BIR nº _____ emitido em _____ em ____/____/____,

nascido em _____ freguesia de _____ concelho de _____

residente em _____

obteve as seguintes equivalências para o 3º ciclo do ensino básico recorrente
(Despacho nº 16/SAAEJ/94, de 15 de Junho):

Português		Unidade(s) *	_____
Matemática		Unidade(s) *	_____
Francês		Unidade(s) *	_____
Inglês		Unidade(s) *	_____
Alemão		Unidade(s) *	_____
Ciências do Ambiente		Unidade(s) *	_____
Ciências Sociais e	Geografia	Unidade(s) *	_____
Formação Cívica	História	Unidade(s) *	_____

Área Técnica _____ Unidade(s) _____

_____/____/199__

O Director

(1) nome

* Indicar todas as unidades em que o aluno obteve equivalência

ANEXO IV

Nível 1 - 5	Escala 0 - 20
3	10
4	14
5	17

GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO
PARA A SEGURANÇA

保安政務司辦公室

Versão, em chinês, do Despacho n.º 15/SAS/95, de 9 de Janeiro, que cria os cursos de promoção aos postos das carreiras de base da Polícia Marítima e Fiscal (PMF) e define as matérias curriculares nucleares e disposições necessárias ao seu funcionamento.

批示 第15/SAS/95號

在重組澳門保安部隊（葡文縮寫為FSM）時，對水警稽查隊基礎職程各職位之晉升制度作了重要修改；

因此，有需要為上述職程之正常發展開設基礎課程，以及訂定各課程基本學科之內容及課程運作所必要之規定。

基於此；

經聽取澳門保安部隊各部隊及機構意見後；

保安政務司根據十二月三十日第66/94/M號法令所核准之《澳門保安部隊軍事化人員通則》第一百五十八條第一款 a 項之規定，以及一月二日第2/95/M號訓令所核准之《澳門保安部隊升級課程總規章》第二條第三款與第六條之規定及五月二十日第89/91/M號訓令第一條之規定，命令：

一、為晉升至水警稽查隊（葡文縮寫為PMF）基礎職程職位之效力，核准下列課程：

- a) 水警稽查隊普通或直線之男性及女性職程中警長職位之升級課程；
- b) 水警稽查隊普通或直線之男性及女性職程中副警長職位之升級課程；
- c) 水警稽查隊普通或直線之男性及女性職程中一等警員職位之升級課程；
- d) 水警稽查隊機械職程中警長職位之升級課程；
- e) 水警稽查隊機械職程中副警長職位之升級課程；
- f) 水警稽查隊機械職程中一等警員職位之升級課程。

二、上款所述課程之總計劃分別載於本批示之附件A、B、C、D、E及F內，且該等附件為本批示之組成部分。

三、鑑於新晉升制度係以漸進式及沿着整個職程而推行之訓練模式為基礎，故有必要對副警長及警長升級課程總計劃作出調整，以使未修讀前階段之課程之學員吸收在該等課程中所教授之學科內容及接受在該等課程中所提供之訓練。

四、本批示於公布翌日開始生效，並於一九九五年一月一日產生效力。

一九九五年一月九日於澳門保安政務司辦公室

保安政務司
李必祿

一月九日第15/SAS/95號批示
之附件A

水警稽查隊普通或直線
之男性及女性職程中
警長職位升級課程之總計劃

一、目的

水警稽查隊普通或直線之男性及女性職程之警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之副警長提供專業技術培訓，以便有效擔任下列職務：

- 第四級別或同等級別組織附屬單位之指揮官助理／主管；
- 第五級別或同等級別組織附屬單位之指揮官／主管；
- 執行警長職位上之行動性或技術性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 展開、指導及監督獲指派之行政活動，並適當管理獲分配之人力資源及物力資源；
- 展開、指導及監督獲指派之有關下列範圍內之行動性活動：
 - 警務；
 - 海事；
 - 稽查；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	民法概要 憲法及行政法概要 軍事化人員操守 領導及主管 公關及禮儀 規章及通則 民防 急救 通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育
	技術及行政	組織 人力資源管理 後勤及會計學 秘書職務 資訊學 統計學 訓練方法
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	海事	海上人命安全 (a) 船損之防止 (a) 海上及港口活動 海事法
	警務	刑法 刑事訴訟法 初步偵查 行動暨情報
	稽查	經濟概論 對外貿易 行動暨情報 商業欺詐
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

(a) 僅為男性職程之軍事化人員而設。

c. 實習階段之實踐計劃

實習係透過在有關職務、海事、警務及稽查方面執行行動性及／或行政性特定工作之在職培訓期。

附屬單位之類型	執行之特定工作類型
第四級別之行動性附屬單位	附屬單位指揮官助理／主管權限範圍內之特定工作
第五級別之行動性附屬單位	附屬單位指揮官／主管權限內之特定工作
行動性及／或行政性附屬單位	警長職位上之其他行動性及／或行政性特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科／訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科／訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科／訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科／訓練之間之相對重要性。

各學科／訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科／訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；

— 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；

— 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

— 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；

— 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；

— 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

(a) 因現行規範中所規定之紀律原因；

(b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；

(c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；

(d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 報告書	適當時	課程主管
目標 內容 方法/方式			階段結束時	
對學員之評估	測驗結果	結果分析	各學科/訓練 結束時	培訓單位
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	課程主管
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	培訓單位
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		課程主管
實習之評估	監督	討論		校長

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

澳門保安部隊高等學校。

b. 專業階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

c. 實習階段

水警稽查隊之附屬單位。

一月九日第15/SAS/95號批示
之附件B

水警稽查隊普通或直線
之男性及女性職程中
副警長職位升級課程之總計劃

一、目的

水警稽查隊普通或直線之男性及女性職程之副警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之一等警員提供專業技術培訓，以便統籌、監督

及執行複雜程度不同之行動性、技術性或行政性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 監督及執行獲指派之行政活動；
- 指導、監督及執行獲指派之有關下列範圍內之行動性活動：
 - 警務；
 - 海事；
 - 稽查；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	憲法及行政法概要 軍事化人員操守 領導及主管 規章及通則 民防 急救 通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育
	技術及行政	打字 資訊學 卷宗之組成 訓練方法
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	海事	航海 (a) 航海技術及船舶操控 (a) 海上人命安全 (a) 氣象學 海事通訊 海事英語 輪機 (a) 電力設施 (a) 船損之防止 (a) 海事法 海上及港口活動 海上巡邏技術 (a)
	警務	刑法 刑事訴訟法 行動暨情報
	稽查	海關法例 行動暨情報 商業欺詐 物資分類
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

(a) 僅為男性職程之軍事化人員而設。

c. 實習階段之實踐計劃

實習係透過在有關職務、海事、警務及稽查方面執行行動性及／或行政性特定工作之在職培訓期。

該實習係在第五級別行動性附屬單位內進行，執行下列職位權限內之特定工作：

- 巡邏艇船主
- 警司處值勤官
- 流動巡邏值勤官

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；

- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科／訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科／訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科／訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科／訓練之間之相對重要性。

各學科／訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科／訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 報告書	適當時	課程主管
目標 內容 方法/方式			階段結束時	
對學員之評估	測驗結果	結果分析	各學科/訓練 結束時	培訓單位
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	課程主管
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 報告書 討論	適當時	培訓單位
對學員之評估	結果	分析	階段結束時	
學員意見	學員	問卷	實習結束時	課程主管
實習之評估	監督	討論		校長

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

b. 專業階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

c. 實習階段

水警稽查隊之附屬單位。

一月九日第15/SAS/95號批示
之附件 C

水警稽查隊普通或直線
之男性及女性職程中
一等警員職位升級課程之總計劃

一、目的

水警稽查隊普通或直線之男性及女性職程之一等警員升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之警員提供專業技術培訓，以便統籌及執行行動性、技術性或行政性簡單工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 執行所指派之行政活動；
- 監督及執行獲指派之有關下列範圍內之行動性活動：
 - 警務；
 - 海事；
 - 稽查；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	上述培訓之補充 與官職及職能相 配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	憲法及行政法概要 軍事化人員操守 規章及通則 民防 急救 通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	海事	航海 (a) 航海技術及船舶操控 (a) 海上人命安全 (a) 海事通訊 (b) 海事英語 (b) 輪機 (a) 船損之防止 (a) 海事法 海上及港口活動 海上巡邏技術 (a)
	警務	刑法 刑事訴訟法 警務技術
	稽查	海關法例 行動暨情報 物資分類
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

(a) 僅為男性職程之軍事化人員而設；

(b) 僅為女性職程之軍事化人員而設。

c. 實習階段之實踐計劃

實習係透過在有關職務、行政、海事、警務及稽查等方面執行特定工作之在職培訓期。

實習係在第五級別行動性附屬單位內，透過執行下列職位權限範圍內之特定工作為之：

- 巡邏快艇船長
- 巡邏艇船員
- 警司處警員
- 流動巡邏之成員
- 檢查員

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中之三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4)開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 報告書	適當時	課程主管
目標 內容 方法/方式			階段結束時	
對學員之評估	測驗結果	結果分析	各學科/訓練 結束時	培訓單位
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	課程主管
不足之處	訓練員 學員	討論 問卷		

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 報告書 討論	適當時	培訓單位
對學員之評估	結果	分析	階段結束時	
學員意見	學員	問卷	實習結束時	課程主管
實習之評估	監督	討論		校長

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

b. 專業階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

c. 實習階段

水警稽查隊之附屬單位。

一月九日第15/SAS/95號批示
之附件D

水警稽查隊機械職程中
警長職位升級課程之總計劃

一、目的

水警稽查隊機械職程之警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之副警長提供專業技術培訓，以便有效擔任在其專業範圍內之第五級別組織附屬單位主管職務。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 展開、指導及監督獲指派之行政活動，並適當管理獲分配之人力資源及物力資源；
- 展開、指導及監督所指派之關於船隊設備、防止船損設備及車輛設備在機械及電學方面之技術活動及訓練活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	民法概要 憲法及行政法概要 軍事化人員操守 領導及主管 公關及禮儀 規章及通則 民防 急救 通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育
	技術及行政	組織 人力資源管理 後勤及會計學 秘書職務 資訊學 統計學 訓練方法
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	管理	船舶理論 維修管理 工場管理
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語 普通話/廣東話

c. 實習階段之實踐計劃

實習係透過在其專業範圍內，執行與第五級別組織附屬單位主管職能有關之技術性及行政性特定工作之在職培訓期。

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；

- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b)最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4)開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	結果分析		培訓單位
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	課程主管
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 報告書	適當時 實習結束時	培訓單位
對學員之評估	結果	分析		
學員意見	學員	問卷		課程主管
實習之評估	監督	討論		校長

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

澳門保安部隊高等學校。

b. 專業階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

c. 實習階段

水警稽查隊之附屬單位。

一月九日第15/SAS/95號批示
之附件E

水警稽查隊機械職程中
副警長職位升級課程之總計劃

一、目的

水警稽查隊機械職程副警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之一等警員提供專業

技術培訓，以便在其專業範圍內，於第五級別組織附屬單位內統籌各小組執行技術性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 監督及執行獲指派之行政活動；
- 指導、監督及執行所指派之關於船隊設備、防止船損設備及車輛設備在機械及電學方面之技術活動及訓練活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	憲法及行政法概要 軍事化人員操守 領導及主管 規章及通則 民防 急救 通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育
	技術及行政	打字 資訊學 卷宗之組成 訓練方法
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	機械	主機及發電機 輔機 舷外發動機 機械車鐵 建造業鐵器
	電學	電學 電機 電池及蓄電池 電路 電器安裝
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

實習係透過在其專業範圍內，於第五級別組織附屬單位內統籌各小組執行技術性特定工作之在職培訓期。

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之。
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3)對投考人之評核

(a)階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b)最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4)開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a.內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	結果分析		培訓單位
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	課程主管
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		校長

b.外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 實習結束時	培訓單位
對學員之評估	結果	分析		課程主管
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		校長

c.課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a.共同階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

b.專業階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

c.實習階段

水警稽查隊之附屬單位。

一月九日第15/SAS/95號批示
之附件F

水警稽查隊機械職程中
一等警員職位升級課程之總計劃

一、目的

水警稽查隊機械職程一等警員升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之警員提供專業技

術培訓，以便在其專業範圍內，於第五級別組織附屬單位內統籌技術性簡單工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 執行所指派之行政活動；
- 執行所指派之關於船隊設備、防止船損設備及車輛設備在機械及電學方面之技術活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	上述培訓之補充 與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	憲法及行政法概要 軍事化人員操守 規章及通則 民防 急救 通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	機械	機械技術 汽車發動機 主機及發電機 輔機 舷外發動機
	電學	電學 電機 電池及蓄電池 電路 電器安裝
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語 普通話／廣東話

c. 實習階段之實踐計劃

實習係透過在其專業範圍內，於第五級別組織附屬單位內執行技術性特定工作之在職培訓期。

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科／訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科／訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科／訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科／訓練之間之相對重要性。

各學科／訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科／訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3)對投考人之評核

(a)階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b)最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4)開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a .內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	結果分析		培訓單位
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	課程主管
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		校長

b .外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 實習結束時	培訓單位
對學員之評估	結果	分析		課程主管
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		校長

c .課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a .共同階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

b .專業階段

水警稽查隊及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

c .實習階段

水警稽查隊之附屬單位。

Versão, em chinês, do Despacho n.º 16/SAS/95, de 9 de Janeiro, que cria os cursos de promoção aos postos das carreiras de base do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) e define as matérias curriculares nucleares e disposições necessárias ao seu funcionamento.

批示 第16/SAS/95號

在重組澳門保安部隊（葡文縮寫為FSM）時，對澳門治安警察廳基礎職程各職位之晉升制度作了重要修改；

因此，有需要為上述職程之正常發展開設基礎課程，以及訂定各課程基本學科之內容及課程運作所必要之規定。

基於此；

經聽取澳門保安部隊各部隊及機構意見後；

保安政務司根據十二月三十日第66/94/M號法令所核准之《澳門保安部隊軍事化人員通則》第一百五十八條第一款 a 項之規定，以及一月二日第2/95/M號訓令所核准之《澳門保安部隊升級課程總規章》第二條第三款與第六條之規定及五月二十日第89/91/M號訓令第一條之規定，命令：

一、為晉升至澳門治安警察廳（葡文縮寫為 CPSP）基礎職程職位之效力，核准下列課程：

- a) 治安警察廳普通或直線之男性及女性職程中警長職位之升級課程；
- b) 治安警察廳普通或直線之男性及女性職程中副警長職位之升級課程；
- c) 治安警察廳普通或直線之男性及女性職程中高級警員職位之升級課程；
- d) 治安警察廳音樂職程中警長職位之升級課程；
- e) 治安警察廳音樂職程中副警長職位之升級課程；
- f) 治安警察廳音樂職程中高級警員職位之升級課程；
- g) 治安警察廳無線電職程中警長職位之升級課程；
- h) 治安警察廳無線電職程中副警長職位之升級課程；
- i) 治安警察廳無線電職程中高級警員職位之升級課程；
- j) 治安警察廳機械職程中警長職位之升級課程；
- l) 治安警察廳機械職程中副警長職位之升級課程；
- m) 治安警察廳機械職程中高級警員職位之升級課程。

二、上款所述課程之總計劃分別載於本批示之附件 A、B、C、D、E、F、G、H、I、J、L 及 M 內，且該等附件為本批示之組成部分。

三、鑑於新晉升制度係以漸進式及沿着整個職程而推行之訓練模式為基礎，故有必要對副警長及警長升級課程總計劃作出調整，以使未修讀前階段之課程之學員吸收在該等課程中所教授之學科內容及接受在該等課程中所提供之訓練。

四、本批示於公布翌日開始生效，並於一九九五年一月一日產生效力。

一九九五年一月九日於澳門保安政務司辦公室

保安政務司
李必祿

一月九日第16/SAS/95號批示 之附件 A

治安警察廳普通或直線
之男性及女性職程中
警長職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳普通或直線之男性及女性職程之警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之副警長提供專業技術培訓，以便有效擔任下列職務：

- 第四級別或同等級別組織附屬單位之指揮官助理／主管；
- 第五級別或同等級別組織附屬單位之指揮官／主管；
- 執行警長職位上行動性或技術性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 展開、指導及監督獲指派之行政活動，並適當管理獲分配之人力資源及物力資源；
- 展開、指導及監督獲指派之有關下列範圍內之行動性活動：
 - 一般活動；
 - 交通；
 - 出入境；
 - 秩序；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科／訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 規章及通則 主管及領導 軍事化人員操守 憲法及行政法概要 民法概要 公關及禮儀
	技術及行政	組織 人力資源管理 後勤及會計學 資訊學 秘書職務 統計學 訓練方法
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	警務	刑法 刑事訴訟法 行動暨情報 初步偵查
	交通	稽查 指揮 文書處理
	出入境	邊境站 外地勞工 定居
	公共秩序	群眾心理學 列隊隊形及方法 警力行動及應用
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位之類型	執行之特定工作類型
第四級別之行動性附屬單位	附屬單位助理權限內之特定工作
第五級別之行動性附屬單位	附屬單位指揮官權限內之特定工作
行動性及/或行政性附屬單位	警長職位上之其他行動性及/或行政性特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4)開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	對結果進行分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	
階段之總評估	學校委員會	課程主管 之報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

澳門保安部隊高等學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

c. 實習階段

治安警察廳之附屬單位。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件B

治安警察廳普通或直線
之男性及女性職程中
副警長職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳普通或直線之男性及女性職程之副警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之高級警員提供專業技術培訓，以便統籌、監督及執行複雜程度不同之行動性、技術性或行政性工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 監督及執行獲指派之行政活動；
- 指導、監督及執行獲指派之有關下列範圍內之行動性活動：
 - 一般活動；
 - 交通；
 - 出入境；
 - 秩序；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科／訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與職務及特定工作相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科／訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 憲法及行政法概要 規章及通則 主管及領導 軍事化人員操守
	技術及行政	資訊學 卷宗之組成 訓練方法
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科／訓練
技術	警務	刑法 刑事訴訟法 行動暨情報
	交通	稽查 指揮 文書處理
	出入境	邊境站 外地勞工
	公共秩序	列隊隊形及方法 警力行動及應用
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位之類型	執行之特定工作類型
警務廳第五級別行動性	值勤官 巡邏值勤官
特警隊第五級別行動性	應變隊之班長

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科／訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科／訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科／訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科／訓練之間之相對重要性。

各學科／訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科／訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4)開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	結果分析		
不足之處	訓練員 學員	討論 問卷	各階段結束時	

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估				
不足之處	監督	討論	實習結束時	

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

治安警察廳警察學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

c. 實習階段

治安警察廳之附屬單位。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件 C

治安警察廳普通或直線
之男性及女性職程中
高級警員職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳普通或直線之男性及女性職程之高級警員升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之警員提供專業技術培訓，以便統籌及執行行動性、技術性或行政性之簡單工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 執行所指派之行政活動；
- 監督及執行獲指派之有關下列範圍內之行動性活動：
 - 一般活動；
 - 交通；
 - 出入境；
 - 秩序；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與職務及特定工作相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 憲法概要 規章及通則 軍事化人員操守
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	警務	刑法 刑事訴訟法 警務技術
	交通	稽查 指揮
	出入境	邊境站 外地勞工
	公共秩序	列隊隊形及方法

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位之類型	執行之特定工作類型
警務廳第五級別之行動性附屬單位	巡邏值勤官
特警隊第五級別之行動性附屬單位	應變隊之組長

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之。
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4)開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	校長
階段之總評估	學校委員會	課程主管 之報告書		

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

治安警察廳警察學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及根據擬訂立之議定書所規定之其他場所。

c. 實習階段

治安警察廳之附屬單位。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件D

治安警察廳音樂職程中
警長職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳音樂職程之警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之副警長提供專業技術培訓，以便有效擔任下列職務：

- 樂隊之隊長及指揮；
- 樂隊隊長及指揮之助理；
- 樂器組之演奏者及主管。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 展開、指導及監督獲指派之行政活動，並適當管理獲分配之人力資源及物力資源；
- 展開、指導及執行所指派之技術活動及訓練活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相 配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 規章及通則 主管及領導 軍事化人員操守 憲法概要 民法概要 公關及禮儀
	技術及行政	組織 人力資源管理 後勤及會計學 資訊學 統計學 訓練方法
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	音樂	配器法 聲學 和聲學 音樂史 領導及指揮
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
通訊	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位	執行之特定工作類型
樂隊	樂隊隊長及指揮權限內之特定工作
	樂隊隊長及指揮之助理權限內之特定工作
	樂器組之演奏者及主管之特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之。
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	
階段之總評估	學校委員會	課程主管 之報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

澳門保安部隊高等學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及樂隊。

c. 實習階段

治安警察廳樂隊。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件E

治安警察廳音樂職程中
副警長職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳音樂職程之副警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之高級警員提供專業技術培訓，以便在其專業範圍內監督及擔任技術性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 執行獲指派之技術活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科/訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 憲法及行政法概要 規章及通則 主管及領導 軍事化人員操守
	技術及行政	資訊學 卷宗之組成 訓練方法
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	音樂	樂理 配器法 聲學 和聲學 音樂史
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位	執行之特定工作類型
樂隊	擔任技術性特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數值應分別列明於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科/訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科/訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

治安警察廳警察學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及樂隊。

c. 實習階段

治安警察廳樂隊。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件F

治安警察廳音樂職程中
高級警員職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳音樂職程之高級警員升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之警員提供專業技術培訓，以便在其專業範圍內擔任技術性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 執行所指派之技術活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科/訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相 配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化 培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 憲法及行政法概要 規章及通則 軍事化人員操守
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	音樂	視唱 樂理 配器法 聲學
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位	執行之特定工作類型
樂隊	擔任技術性特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科/訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科/訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	校長
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

治安警察廳警察學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及樂隊。

c. 實習階段

治安警察廳樂隊。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件G

治安警察廳無線電職程中
警長職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳無線電職程之警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之副警長提供專業技術培訓，以便有效擔任下列職務：

- 第五級別或同等級別組織附屬單位之主管；
- 在有關專業範圍內執行技術性特定工作及訓練方面之特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 展開、指導及監督獲指派之行政活動，並適當管理獲分配之人力資源及物力資源；
- 展開、指導及執行所指派之技術活動及訓練活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 規章及通則 主管及領導 軍事化人員操守 憲法及行政法概要 民法概要 公關及禮儀
	技術及行政	組織 人力資源管理 後勤及會計學 資訊學 秘書職務 統計學 訓練方法
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	通訊	電子概論 聲音系統及設備 數據通訊入門 電學及磁學 電話網絡研究入門 維修
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位	執行之特定工作類型
澳門保安部隊之專業部門	第五級別附屬單位主管 權限內之特定工作
	有關專業範圍內之技術 性特定工作及訓練方面 之特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；

- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科/訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科/訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	學員結果	分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

澳門保安部隊高等學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及澳門保安部隊事務司之通訊處。

c. 實習階段

澳門保安部隊事務司之通訊處。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件H

治安警察廳無線電職程中
副警長職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳無線電職程之副警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之高級警員提供

專業技術培訓，以便在其專業範圍內統籌各小組及執行技術性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 監督及執行獲指派之行政活動；
- 指導、監督及執行所指派之技術活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科／訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科／訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 憲法及行政法概要 規章及通則 主管及領導 軍事化人員操守
	技術及行政	資訊學 卷宗之組成 訓練方法
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	通訊	電學及靜電學 電子概論 電訊概論 聲音系統及設備 維修 電磁學 數據通訊入門 儀錶
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位	執行之特定工作類型
澳門保安部隊之專業部門	監督及擔任技術性特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；

- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科/訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科/訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

治安警察廳警察學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及澳門保安部隊事務司之通訊處。

c. 實習階段

澳門保安部隊事務司之通訊處。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件I

治安警察廳無線電職程中
高級警員職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳無線電職程之高級警員升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之警員提供專業技術培訓，以便在其專業範圍內統籌及執行技術性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 執行所指派之行政活動；
- 監督及執行所指派之技術活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科/訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 憲法及行政法概要 規章及通則 軍事化人員操守
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	通訊	電學及靜電學 電子概論 電話物資及轉換中心 無線電系統及設備 維修 電訊概論
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位	執行之特定工作類型
澳門保安部隊之專業部門	擔任技術性特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科／訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科／訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科／訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科／訓練之間之相對重要性。

各學科／訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科／訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；

- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	校長
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

治安警察廳警察學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及澳門保安部隊事務司之通訊處。

c. 實習階段

澳門保安部隊事務司之通訊處。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件J

治安警察廳機械職程中
警長職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳機械職程之警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之副警長提供專業技術培訓，以便有效擔任下列職務：

- 第五級別或同等級別組織附屬單位之主管；
- 在有關專業範圍內執行技術性特定工作及訓練方面之特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 展開、指導及監督獲指派之行政活動，並適當管理獲分配之人力資源及物力資源；
- 展開、指導及執行所指派之技術活動及訓練活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科／訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科／訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 規章及通則 主管及領導 軍事化人員操守 憲法及行政法概要 民法概要 公關及禮儀
	技術及行政	組織 人力資源管理 後勤及會計學 資訊學 秘書職務 統計學 訓練方法
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科／訓練
技術	機械	發動機 電學 元件／系統 維修 測量系統及儀錶
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
通訊	語言	葡語／廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位	執行之特定工作類型
有關專業之組織附屬單位	第五級別附屬單位主管 權限內之特定工作
	有關專業範圍內之技術 性特定工作及訓練方面 之特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科／訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科／訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科／訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科／訓練之間之相對重要性。

各學科／訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科／訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；

- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	
階段之總評估	學校委員會	課程主管 之報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

澳門保安部隊高等學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及指揮部輔助部門。

c. 實習階段

治安警察廳指揮部輔助部門。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件L

治安警察廳機械職程中
副警長職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳機械職程之副警長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之高級警員提供專業技術培訓，以便在其專業範圍內統籌各小組及執行技術性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 監督及執行獲指派之行政活動；
- 指導、監督及執行所指派之技術活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科／訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科／訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 憲法及行政法概要 規章及通則 主管及領導 軍事化人員操守
	技術及行政	資訊學 卷宗之組成 訓練方法
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科／訓練
技術	機械	發動機 電學 元件／系統 維修 測量系統及儀錶
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語／廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位	執行之特定工作類型
有關專業之組織附屬單位	監督及擔任技術性特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科／訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科／訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科／訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科／訓練之間之相對重要性。

各學科／訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科／訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；

- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	分析		
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	校長
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

澳門保安部隊高等學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及指揮部輔助部門。

c. 實習階段

治安警察廳指揮部輔助部門。

一月九日第16/SAS/95號批示
之附件M

治安警察廳機械職程中
高級警員職位升級課程之總計劃

一、目的

治安警察廳機械職程之高級警員升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之警員提供專業技術培訓，以便在其專業範圍內統籌及執行技術性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 執行所指派之行政活動；
- 監督及執行所指派之技術活動；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科/訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	通訊 射擊、槍械及爆炸品 軍操 體育 急救 民防 憲法及行政法概要 規章及通則 軍事化人員操守
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	機械	發動機 電學 元件/系統 損壞 五金工藝 測量系統及儀錶 焊接 文書處理
架構	警務	(在課程計劃內訂定)
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

附屬單位	執行之特定工作類型
有關專業之組織附屬單位	擔任技術性特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科／訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科／訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科／訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科／訓練之間之相對重要性。

各學科／訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科／訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；

(c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；

(d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 討論	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	測驗結果	分析		
學員意見	學員	問卷	實習結束時	校長
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 討論 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		
實習之評估	監督	討論		

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

治安警察廳警察學校。

b. 專業階段

治安警察廳警察學校及指揮部輔助部門。

c. 實習階段

治安警察廳指揮部輔助部門。

Versão, em chinês, do Despacho n.º 17/SAS/95, de 9 de Janeiro, que cria os cursos de promoção aos postos das carreiras de base do Corpo de Bombeiros (CB) e define as matérias curriculares nucleares e disposições necessárias ao seu funcionamento.

批示 第17/SAS/95號

在重組澳門保安部隊（葡文縮寫為FSM）時，對澳門消防隊基礎職程各職位之晉升制度作了重要修改；

因此，有需要為上述職程之正常發展開設基礎課程，以及訂定各課程基本學科之內容及課程運作所必要之規定。

基於此；

經聽取澳門保安部隊各部隊及機構意見後；

保安政務司根據十二月三十日第66/94/M號法令所核准之《澳門保安部隊軍事化人員通則》第一百五十八條第一款 a 項之規定，以及一月二日第2/95/M號訓令所核准之《澳門保安部隊升級課程總規章》第二條第三款與第六條之規定及五月二十日第89/91/M號訓令第一條之規定，命令：

一、為晉升至澳門消防隊（葡文縮寫為CB）基礎職程職位之效力，核准下列課程：

- a) 消防隊普通或直線之男性及女性職程中區長職位之升級課程；
- b) 消防隊普通或直線之男性及女性職程中副區長職位之升級課程；
- c) 消防隊普通或直線之男性及女性職程中消防長職位之升級課程。

二、上款所述課程之總計劃分別載於本批示之附件A、B及C內，且該等附件為本批示之組成部分。

三、鑑於新晉升制度係以漸進式及沿着整個職程而推行之訓練模式為基礎，故有必要對副區長及區長升級課程總計劃作出調整，以使未修讀前階段之課程之學員吸收在該等課程中所教授之學科內容及接受在該等課程中所提供之訓練。

四、本批示於公布翌日開始生效，並於一九九五年一月一日產生效力。

一九九五年一月九日於澳門保安政務司辦公室

保安政務司
李必祿

一月九日第17/SAS/95號批示 之附件A

消防隊普通或直線
之男性及女性職程中
區長職位升級課程之總計劃

一、目的

消防隊普通或直線之男性及女性職程之區長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之副區長提供專業技術培訓，以便有效擔任第五級別組織附屬單位主管職務。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 展開、指導及監督獲指派之行政活動，並適當管理獲分配之人力資源及物力資源；
- 展開、指導及監督獲指派之有關下列範圍內之行動性活動：
 - 救助工作；
 - 防火工作；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	軍事化人員操守 領導及主管 公關及禮儀 規章及通則 民防 急救 通訊 爆炸品 軍操 體育
	技術及行政	組織 人力資源管理 後勤及會計學 秘書職務 資訊學 統計學 訓練方法
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	救助	滅火技術 操作 化學、生物及放射之安全 火警原因調查
	防火	防火安全規章 建築學 法例
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

實習係透過在有關職務、行動及技術方面執行行動性及/或行政性特定工作之在職培訓期。

附屬單位之類型	執行之特定工作類型
第五級別之組織附屬單位	值勤隊隊長/組織附屬單位主管權限內之特定工作
行動性及/或行政性附屬單位	區長職位上之其他行動性及/或行政性特定工作

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科/訓練中取得之評核低於10分；

- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；
- (d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 報告書	適當時	課程主管
目標 內容 方法/方式			階段結束時	
對學員之評估	測驗結果	結果分析	各學科/訓練 結束時	培訓單位
學員意見	學員	問卷	各階段結束時	課程主管
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書		校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 報告書	適當時	培訓單位
對學員之評估	結果	分析	階段結束時	
學員意見	學員	問卷	實習結束時	課程主管
實習之評估	監督	討論		校長

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

澳門保安部隊高等學校。

b. 專業階段

消防隊消防學校。

c. 實習階段

消防隊之附屬單位。

一月九日第17/SAS/95號批示
之附件B

消防隊普通或直線
之男性及女性職程中
副區長職位升級課程之總計劃

一、目的

消防隊普通或直線之男性及女性職程之副區長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之消防長提供技術及專業培訓，以便統籌、監督及執行複雜程度不同之行動性、技術性或行政性特定工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 監督及執行獲指派之行政活動；
- 指導、監督及執行獲指派之有關下列範圍內之行動性活動：
 - 救助工作；
 - 防火工作；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通及繕寫工作上之一般文書。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	與官職及職能相 配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	軍事化人員操守 領導及主管 規章及通則 民防 急救 通訊 爆炸品 軍操 體育
	技術及行政	資訊學 卷宗之組成 訓練方法
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	救助	滅火技術 操作 策略之運用 化學、生物及放射之安全
	防火	防火安全規章 建築學 法例 查驗、試驗及監察之技術
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

實習係透過在有關職務、行動及技術方面執行行動性及/或行政性特定工作之在職培訓期。

附屬單位之類型	執行之特定工作類型
第四級別之組織附屬單位	統籌、監督、指導及執行行動性、技術性及行政性特定工作
第五級別之組織附屬單位	

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科/訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科/訓練之相對比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科/訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科/訓練之間之相對重要性。

各學科/訓練之系數應分別列於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科/訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人表現之評估，以及在實習後進行總評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科/訓練中取得之評核低於10分；
- (c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科/訓練之缺課

次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；

(d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織 目標 內容 方法/方式	訓練員 學員	紀錄 問卷 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
對學員之評估	學員結果	結果分析	各學科/訓練 結束時	培訓單位
學員意見	學員	問卷		課程主管
階段之總評估	學校委員會	課程主管之 報告書	各階段結束時	校長

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 報告書 討論	適當時 實習結束時	培訓單位
對學員之評估	結果	分析		
學員意見	學員	問卷	實習結束時	課程主管
實習之評估	監督	討論		校長

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

消防隊消防學校。

b. 專業階段

消防隊消防學校。

c. 實習階段

消防隊之附屬單位。

一月九日第17/SAS/95號批示
之附件 C

消防隊普通或直線
之男性及女性職程中
消防長職位升級課程之總計劃

一、目的

消防隊普通或直線之男性及女性職程之消防長升級課程，旨在向屬該職程且獲准修讀有關課程之消防員提供專業技術培訓，以便統籌、監督及執行行動性、技術性或行政性簡單工作。

二、目標

課程結束時，學員應有能力：

- 承擔與其職業種類相對應之義務及責任；
- 執行所指派之行政活動；
- 監督及執行獲指派之有關下列範圍內之行動性活動：
 - 救助工作；
 - 防火工作；
- 根據《澳門保安部隊軍事化人員通則》所規定之語言水平，以本地區之兩種官方語言進行溝通。

三、課程結構

課程按下列結構形式分三個階段進行：

階段	目的	教學方式	結構
共同	行為培訓 基礎技術	理論及實踐	課程組 單元課 學科及訓練
專業	特定技術培訓		
實習	上述培訓之補充 與官職及職能相配合	工作中培訓	擔任職務及 特定工作

四、大綱

a. 共同階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
一般	公民教育及軍事化培訓	憲法及行政法概要 軍事化人員操守 規章及通則 民防 急救 通訊 爆炸品 軍操 體育
	技術及行政	打字 文書處理及存檔
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

b. 專業階段之學習計劃

課程組	單元課	學科/訓練
技術	救助	滅火技術 滅火設備 操作 滅火物料 偵察物資 救助物資
	防火	防火安全規章 查驗、試驗及監察之技術
溝通	語言	葡語/廣東話 普通話

c. 實習階段之實踐計劃

實習係透過在有關職務、行政、行動及技術方面執行行動性及／或行政性特定工作之在職培訓期。

附屬單位之類型	執行之特定工作類型
第四級別之組織附屬單位	執行行動性、技術性及行政性特定工作
第五級別之組織附屬單位	

d. 各階段之加權系數

- 共同階段：2
- 專業階段：2
- 實習階段：1

五、對學員之評估

a. 評估目標

對學員之評估係為達致下列之目的：

- 為晉升一級而作之名次編排及甄選；
- 在個人檔案內作記錄；
- 課程大綱評估。

b. 一般規定

(1) 各課程階段及學科／訓練之系數

該等系數係作為衡量課程各階段及各學科／訓練之相等比重，以對投考人作最後評核，且經考慮下列各點而訂定：

- 各階段、各學科／訓練之期限；
- 在課程中各階段、各學科／訓練之間之相對重要性。

各學科／訓練之系數值應分別列明於課程計劃內。

(2) 評估方式

- 在共同及專業階段之各學科／訓練結束後進行總評估，該評估係以筆試、實踐試及口試之方式為之；
- 在實習期間對個人功績之評估，以及在實習後進行評估，該評估係以觀察及在專門表格上之記錄為之。

(3) 對投考人之評核

(a) 階段評核：

- 共同及專業階段：透過須受總評估之各學科及訓練之加權均數獲得；
- 實習階段：透過適當之評核項目之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後一個位之完整數字表示。

(b) 最後評核：

- 透過課程中之三個階段所取得之評核之加權均數獲得；
- 評核應在0至20分之範圍內以精確至小數後兩個位之完整數字表示；
- 為編排投考人之名次，在評核相同時，應考慮系數較大階段中所取得之評核。

(4) 開除標準

在下列情況下經上級建議，投考人得被除名：

- (a) 因現行規範中所規定之紀律原因；
- (b) 在任何學科／訓練中取得之評核低於10分；

(c) 缺課次數超過整個課程總上課次數十分之一者，或在各學科／訓練之缺課次數相等或多於有關總上課次數五分之一者；如認為投考人因病缺課且取得良好成績，缺課次數可分別增至八分之一及四分之一；

(d) 在實習結束時取得之成績低於10分。

b. 外部評估

外部評估係根據在實習階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	監督 督導員 學員	問卷 報告書 討論	適當時 實習結束時	培訓單位
對學員之評估	結果	分析	實習結束時	
學員意見	學員	問卷		課程主管
實習之評估	監督	討論		校長

六、課程大綱評估

a. 內部評估

內部評估係根據在共同及專業階段所收集之資料，按照下列計劃制定：

評估要點	資料來源	方法及工具	時間	負責人
資源 時間 組織	訓練員 學員	紀錄 問卷 報告書	適當時 階段結束時	課程主管
目標 內容 方法/方式			各學科/訓練 結束時	
對學員之評估	學員結果	結果分析	各階段結束時	培訓單位
學員意見	學員	問卷		課程主管
不足之處	訓練員 學員	討論 問卷		校長

c. 課程之更新

課程主管以內部及外部評估所收集之資料編制報告書，其內應指出所發現之矛盾及不足之處，以及提出更新與改善課程所需措施及工作之建議。

七、教育場所

a. 共同階段

消防隊消防學校。

b. 專業階段

消防隊消防學校。

c. 實習階段

消防隊之附屬單位。



Imprensa Oficial de Macau

澳門政府印刷署

PREÇO DESTES NÚMEROS \$ 84,00

每份價銀八十四元正